

ATA DA XXVIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

13 de abril de 2010

Anexo 1 - Encaminhamentos

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH) – Eu queria inicialmente saudar aqui os Conselheiros e Conselheiras presentes, eu queria chamar o Vicente Andreu, Presidente da ANA, para compor a mesa conosco, a mesa de abertura. Inicialmente eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Machado, nosso Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, o que para o MMA foi de fato uma grande conquista, porque agora o nosso Secretário-Executivo do Ministério é também, além de todos os atributos, um gestor que tem o conhecimento da área e também uma pessoa egressa do sistema de recursos hídricos tendo presidido a ANA por um bom período. Eu queria saudar a presença do Vicente Andreu, o presidente da ANA também conosco aqui nessa mesa de abertura, e passo imediatamente a palavra aqui para o José Machado, o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente para fazer a sua saudação inicial, representando aqui a Ministra Izabella. **O SR. JOSÉ MACHADO (Secretário Executivo do MMA, representante da Presidente do CNRH)** – Muito obrigado. Eu queria cumprimentar o secretário Silvano, cumprimentar o presidente da ANA, Vicente Andreu, cumprimentar as senhoras Conselheiras, os senhores Conselheiros, servidores do MMA aqui presentes, dizer da minha enorme alegria de poder retornar a este Conselho, já não mais como Conselheiro, mas agora com a tarefa de tocar a Secretaria-Executiva do MMA, uma missão muito honrosa que me foi atribuída através de convite da Ministra Izabella Teixeira. E eu queria dizer que este Conselho tem uma grande relevância para o Ministério do Meio Ambiente, como todos sabem, e a orientação da Ministra Izabella é no sentido de que todas as ações, todas as diretrizes que vinham sendo discutidas nesse Conselho, com o objetivo de fortalecê-lo, estão plenamente assumidas pela nova Ministra e, por conseqüente, por mim também, pela Secretaria-Executiva. O Secretário Silvano já esteve comigo no Ministério dias atrás, onde discutimos vários temas de interesse da área de recursos hídricos, de modo que nós vamos ter uma condição, já que eu tenho uma experiência e uma vivência nessa área muito intensa durante o período em que presidi a ANA, e agora tendo o Vicente também como presidente da ANA e os demais colegas da diretoria com quem convivi, o amplo relacionamento que eu tenho no Sistema Nacional de Recursos Hídricos, as amizades que forjei ao longo desses últimos 5 anos, o grau de confiança que estabelecemos; isso tudo concorre para que o meu trabalho esteja extremamente facilitado e tenho a convicção de que poderei continuar contribuindo para a Política Nacional de Recursos Hídricos. Ontem tivemos conversando sobre a pauta de hoje e verifico que a pauta tem uma relevância muito grande para o fortalecimento da Política Nacional, sobretudo, o tema relacionado à bacia do rio São Francisco. Chega então aqui a este Plenário a tarefa de consolidar todo o debate que se fez ao longo dos últimos anos no Comitê do São Francisco em torno da implementação dos instrumentos de gestão, especificamente o tema da cobrança pelo uso da água, que é um tema muito caro, a Política de Recursos Hídricos, uma vez que a cobrança representa um instrumento fortíssimo de implementação do uso da água, do uso sustentável da água. E, além disso, nós temos outras questões, como a questão do Comitê do rio Grande, que vem aqui para este Plenário hoje é um tema extremamente importante, que eu acompanhei muito

49 atentamente durante o período que eu estive na ANA, porque verifiquei a mobilização das
50 comunidades daquela bacia, seja no que diz respeito aos usuários, os participantes da sociedade,
51 os poderes públicos, o rio Grande, como formador da bacia do rio Paraná, é um sistema hídrico
52 importantíssimo, estratégico para o nosso País. Eu não tenho dúvidas sobre a relevância da
53 criação do Comitê do rio Grande para alavancar e fortalecer o SINGREH. Eu tenho certeza que
54 os Estados de São Paulo e Minas estão fortemente convergentes em torno da criação desse
55 Comitê. Eu tenho a expectativa de que esse Comitê seja criado, para que tenhamos condição de
56 mais um Comitê federal sendo instituído, implementado, eu acho que isso é extraordinário, nós
57 vimos agora recentemente a criação do Comitê do rio Paranaíba e o rápido desenvolvimento que
58 esse Comitê está tendo, também formador do Sistema Paraná. Eu acho que o Paranaíba e o rio
59 Grande vão também se projetar sobre a bacia do Paraná e isso criando, portanto, uma grande
60 agenda, uma agenda virtuosa de trabalho, de consolidação da gestão de recursos hídricos, de
61 forma descentralizada e participativa. Então eu estou muito esperançoso de que esse tema seja
62 aprovado neste Plenário, com a devida, evidentemente, discussão, que nós esperamos que aqui
63 seja bastante consistente, como sempre foi. Do mesmo modo que vejo que consta da pauta a
64 delegação de competência para a fundação da Agência de Bacias do Estado de São Paulo, da
65 Bacia do Piracicaba em Jundiaí, para funcionar como agência de bacia, já na sequência da
66 entidade delegatária que foi o Consórcio intermunicipal das bacias do rio Piracicaba, Capivari e
67 Jundiaí. Eu acho que também é um tema extremamente importante, é uma experiência que se
68 prenuncia muito boa para esse Comitê, esse Comitê que tanto tem contribuído para o
69 fortalecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Enfim, temos também o tema que vem
70 aqui, eu me lembro como Conselheiro que esse tema chegou a este Conselho e pude participar do
71 debate em torno daquele tema que cria as unidades de gestão de recursos hídricos, que é uma
72 iniciativa, é uma proposta que incide sobre uma agenda estratégica, nos oferece um caminho
73 interessante de implementar a Política, porque hierarquiza as prioridades, estabelece uma maneira
74 de gestão no território que é extremamente edificante, e eu sei que tem um debate em curso aqui,
75 até já se iniciou o processo de votação das emendas e eu espero que esse processo seja concluído,
76 porque para a Agência Nacional de Águas, que é a implementadora do Sistema, essa proposta
77 aqui vai facilitar e muito o trabalho da ANA. De modo que a pauta deste Conselho é sempre uma
78 pauta instigante, é sempre uma pauta provocativa. Eu confio muito neste Conselho desde quando
79 fui Conselheiro, e estou disposto no curto tempo que terei à frente da Secretaria-Executiva, já que
80 estamos finalizando o Governo, mas eu já disse ao Silvano, mas eu quero dizer aqui de público às
81 Conselheiras e aos Conselheiros que eu serei um parceiro, um companheiro de trabalho para
82 compartilhar com todos os desafios que estão presentes. Eu acho que de maneira cada vez mais
83 evidente nós estamos tendo o tema dos recursos hídricos ganhando mais peso, mais relevância na
84 pauta do País. Isso é um fato. E este Conselho, eu sempre tive este Conselho não só porque isso é
85 um mandamento legal, mas porque eu entendo assim, o Conselho está no topo do Sistema e é por
86 aqui que passa, inegavelmente, a formulação e a aprovação das políticas de recursos hídricos.
87 Então eu queria manifestar a minha solidariedade, o meu apoio incondicional a este Conselho,
88 para que nós possamos cada vez mais dar-lhe visibilidade, dar transparência, para que ele possa
89 cumprir cabalmente com a sua missão. Então eu falo isso em nome da Ministra, a quem
90 represento neste momento. Eu farei questão, na medida que a Ministra não possa vir
91 pessoalmente, participar das reuniões do Conselho, pelo menos da sua abertura, fazer uma
92 saudação, eu faço questão de vir no lugar dela. Eu quero ter esse compromisso aqui com o
93 Silvano para que nós manifestemos e deixemos claro o apoio da Ministra e do Secretário-
94 Executivo a este Conselho tão importante. Uma outra questão para finalizar, que tem sido uma
95 questão recorrente, mas que nós não temos sido capazes de implementar, mas eu tenho discutido
96 com o Silvano isso e com o próprio Vicente, é um tema que nós vamos investir, vamos tentar

fazer com muita dedicação, trabalhar as interfaces deste CNRH com o CONAMA. Nós entendemos que há aí alguns temas de interface do Conselho Nacional de Meio Ambiente com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E eu gostaria de explorar bastante essas tangências, essas interfaces para que o SISNAMA e o SINGREH possam conversar mais para criar uma sinergia positiva em nome de uma Política Nacional de Meio Ambiente, em nome de uma Política Nacional de Recursos Hídricos, isso tudo incidindo na agenda do clima, no debate das mudanças climáticas, a área de recursos hídricos tem que responder, dar uma resposta, ter um protagonismo relevante no debate sobre uma nova economia, a economia de baixo carbono, uma economia sustentável, a questão da adaptação que é o que diz mais respeito à área de recursos hídricos, nós temos que aprofundar. E eu exorto, este Conselho, a debater esse tema, a ter um protagonismo é relevante no debate sobre a questão do clima. Eu saio daqui agora, eu vou ter um despacho com a secretária que trata da área de mudanças climáticas, entre outras coisas, abordarei isso com ela. Então, queridos amigos e companheiros, eu queria me despedir deixando aqui um grande abraço na expectativa de que tenhamos hoje aqui uma reunião de trabalho bastante eficiente, bastante profícua, e enfim, que nós possamos nesses próximos meses onde teremos algumas reuniões ordinárias e extraordinárias, podermos aprovar vários temas de grande relevância para a Política de Recursos Hídricos e para o desenvolvimento sustentável do nosso País. Então, Silvano, fica aqui, Vicente, o meu abraço e o meu carinho para todos os amigos. Muito obrigado. (Palmas) **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu vou passar aqui para o nosso presidente da ANA para dar uma breve saudação para o Conselho também. **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA)** – Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar também o José Machado, uma grande aquisição, sem dúvidas, para o Ministério. Além do seu profundo conhecimento a respeito das questões ambientais e particularmente do tema da água, um público palmeirense como eu. Cumprimentar também o Silvano. Na verdade, nós estamos aqui na condição de Conselheiro, eu agradeço essa oportunidade que o Silvano nos dá de fazer essa saudação, dar um abraço em todos vocês. O Sr. José Machado percorreu com bastante profundidade a agenda de trabalho de hoje, que é bastante rica e eu queria fazer apenas um destaque com relação à cobrança do São Francisco. Eu acredito que sem dúvida nenhuma nós damos um passo importante, não só porque representa o fortalecimento do sistema numa bacia importante, mas porque, sem dúvida nenhuma, a Bacia do São Francisco simbolicamente sinaliza para todo o País o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dos instrumentos previstos na Política Nacional. É um bom exercício da democracia, é um bom exercício da relação institucional entre os diversos órgãos de Governo, seja no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Integração, com os Estados, com os diversos setores produtivos que estão na bacia do São Francisco. Então eu particularmente fico motivado além dos pontos que você já ressaltou, pela agenda de hoje, que com certeza nós vamos concluir com mérito dando um destaque especial ao que representa para a bacia e para o país e para o sistema a aprovação da cobrança na bacia do São Francisco. No mais, um abraço a todos, bom trabalho e vamos ficar aqui junto com vocês durante essa reunião do dia de hoje, além de toda a equipe da ANA. Eu encontrei uns 4 ou 5 aqui da ANA está o Patrick, está o Rodrigo, o André, o nosso biólogo, engenheiro florestal, Sucupira, ele não acredita que exista Ipê Verde, se alguém aqui de vocês aqui conhecer um Ipê Verde, por favor, ele diz que não existe, eu tenho um Ipê Verde que eu ganhei, ele disse que não existe, que não é um Ipê Verde. Então a equipe da ANA está aqui também contribuindo para que, o Amauri também, para que nós possamos, através da ANA, contribuir para o fortalecimento deste Conselho e do Sistema. Um abraço a todos. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu queria então agradecer a presença do Sr. Machado, também ao Vicente e dizer da importância que o Conselho se sente honrado, Sr. Machado, de tê-lo aqui conosco na abertura. De

fato a nossa agenda vai ser bastante profícua, é uma agenda ousada, a agenda dos dias de hoje é uma agenda ousada, eu queria, portanto, lhe agradecer e desejar boa sorte à frete da Secretaria-Executiva aqui do Ministério do Meio Ambiente, o que de fato vai ser muito importante para nós também do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Então, sucesso e obrigado pela presença. E eu dou aqui por encerrada essa fase inicial, aqui saudando a todos. Vamos desfazer a mesa inicial com o agradecimento da presença de todos vocês. Muito obrigado. Eu queria declarar aberta a reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu queria dar as boas vindas aos Conselheiros e às Conselheiras mais uma vez, agradecer presença de todos e dizer que cada intervenção os Conselheiros informem o seu nome e a entidade e órgão que representam, para efeito de registro da gravação. Ressaltar que o intervalo de almoço vai ser de 12h30 às 14h. Se nós conseguíssemos ter sucesso pode ser que nós conseguimos evoluir na votação das matérias num turno único. Vamos tentar fazer essa pauta, mas se não conseguirmos fica esse horário tentativa. Eu convido então para compor a mesa: o Márley Caetano de Mendonça, o gerente de apoio ao Conselho que vai nos auxiliar aqui na condução dos trabalhos e informar que a agenda do dia consta da pauta, encaminhada anteriormente aos Conselheiros e às Conselheiras, e solicitar que o Márley verifique o quorum do Plenário. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – Senhor Secretário eu informo que nós possuímos quorum regimental. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu agradeço mais uma vez a presença dos Conselheiros, estamos com um bom quorum, felizmente, o que vai permitir que a gente consiga tocar os trabalhos no dia de hoje. Eu pediria inclusive que os Conselheiros mantivessem o quorum porque a nossa agenda é uma agenda importante e era fundamental que a gente tivesse esse mesmo quorum ao longo do dia. Eu vou pedir para o Márley que ele leia os informes e os procedimentos regimentais. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – Informes: intervenções não serão permitidas durante a apresentação de matéria, ficando facultada a cada Conselheiro que estiver com a palavra, concedê-la ou não. Encerradas as discussões a matéria está submetida ao Plenário para votação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamento, nem pedidos de vista e apartes. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, metade mais um dos votos dos Conselheiros que se encontrem presente no momento de votação. Procedimentos: somente terão direito a voto os Conselheiros titulares. Os Conselheiros suplentes com direito à voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes. Os Conselheiros suplentes terão direito à voz. Os Conselheiros podem delegar, a seu critério, uso da palavra para manifestação em Plenário. Essa manifestação não permite a proposição de emendas às Resoluções ou moções, o que é prerrogativa exclusiva dos Conselheiros. O relator de cada matéria deverá fazer uso da palavra por 10 minutos para apresentar ao Plenário com suas respectivas justificativas. Após a apresentação das matérias serão abertas as inscrições para que os Conselheiros que quiserem se manifestar sobre o assunto. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição. Farão uso da palavra por 3 minutos, devendo todos se ater exclusivamente sobre o assunto em discussão. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu de fato ressalto aqui a importância de nós respeitarmos o tempo determinado, aí vão ser 10 minutos para a apresentação da matéria e 3 minutos para a discussão e eu solicito ao Márley que proceda a leitura dos novos Conselheiros aqui para posse dos novos membros. Portanto, Márley, você pode fazer a leitura dos novos Conselheiros indicados, por favor? **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – O Ministério das Relações Exteriores indicou o senhor Paulino Franco de Carvalho Neto como Conselheiro Titular e a senhora Roberta Maria Lima Ferreira como Conselheira suplente. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indicou o senhor Demétrio Florentino de Toledo Filho como Conselheiro suplente. O Ministério da Defesa

indicou o senhor José Luiz Dávila Fernandes como Conselheiro titular e o senhor Sandro Filipo como Conselheiro suplente. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Sergipe indicou o senhor Genival Nunes Silva como Conselheiro titular. O Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal indicou a senhora Elenice dos Santos Costa como Conselheira suplente. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará indicou o senhor Paulo Sérgio dos Santos como Conselheiro suplente. O Conselho de Recursos Hídricos do Paraná indicou o senhor José Augusto Calado Afonso como Conselheiro titular e a Associação Brasileira de Recursos a indicou o senhor Luiz Gabriel de Azevedo como Conselheiro titular. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu declaro, portanto, empossados os novos Conselheiros. Eu queria saudá-los lembrando da importância da participação desses Conselheiros no CNRH e aproveito também para agradecer a honrosa participação daqueles Conselheiros que saíram e desejar um bom trabalho para os que entram. Eu já passo a perguntar se tem alguma matéria de urgência, se existe alguma sugestão de Conselheiro que gostaria de colocar para essa reunião do Conselho alguma matéria de urgência, na medida que nós não recebemos oficialmente nenhuma, mas é possível o Plenário fazê-lo. Não tendo nenhuma, eu queria perguntar também se há alguma solicitação de inversão de pauta ou retirada de matéria de pauta. **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH/SP)** – Bom dia a todos. O meu pedido é para postergar o ponto 1.2, que é a proposta de instituição do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Grande, uma vez que o Conselheiro Carlos Eduardo teve problemas na aeronave e não conseguiu sair, vai atrasar. Então eu pediria que passasse para o período da tarde, após o almoço. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – A proposta da Conselheira Rosa Mancini é passar para depois do almoço. Eu queria consultar, porque nós não temos condições de avaliar como é que vai ser a condução dos trabalhos, mas a tendência é que nós consigamos ter aqui uma boa celeridade, consultar para que nós definamos um momento específico, Conselheira, para nós colocarmos a pauta, a proposta seria passar para a parte da tarde, mas eu sugiro que nós coloquemos aqui logo depois do item 1.3. Então inverteria a pauta do item 1.2 com o item 1.3. Pode ser? Só por vista de encaminhamento. Eu queria ajudar aqui no encaminhamento e eu quero colocar em discussão a inversão da pauta com a proposta da conselheira Rosa Mancini e coloco à manifestação do Plenário. Está se pedindo para fazer a projeção da pauta. Está colocado o item 1.1, seria a criação do GRH; o 1.2 aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e o 1.3 seria a aprovação dos valores e mecanismos para a cobrança do São Francisco. A proposta é que nós façamos a inversão da pauta, o item 1.2 que é a aprovação da instituição do Comitê da Bacia do Rio Grande seria invertido com a votação, a aprovação, a análise da proposta da cobrança do São Francisco. Trocar com o 1.5? Então, entraria como 1.6. Então a proposta seria trocar o item 1.2 para 1.6. Ok. Então em votação a mudança da proposta, aqueles que são favoráveis, por favor, se manifestem levantando o crachá. Aqueles que são contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Nós não temos nenhum voto contrário. Aqueles que se absterem, por favor, se manifestem levantando o crachá. Temos duas abstenções. Está aprovada a inversão de pauta, eu peço então, solicito ao Márley que leia a nova Ordem do Dia. Eu me esqueci, só para informar ao Plenário que nós tivemos uma indicação do Plenário na reunião passada para que o Ministro fizesse a assinatura de uma moção *ad referendum* do Plenário para encaminhamento ao Congresso Nacional, ao Senado, essa foi a indicação do Plenário para que o Ministro pudesse assinar uma moção *ad referendum* do Plenário, faz referência àquela cobrança, a distribuição de percentuais de compensação do Sistema de Recursos Hídricos, na mudança de percentuais dos Estados e dos municípios. Nós tomamos as decisões necessárias, no dia seguinte nós fizemos o encaminhamento processual para o gabinete, o Ministro concordou em fazer a assinatura da moção *ad referendum*, mas nós tivemos alteração no cargo de Ministro, além de um

processo ainda para caminhar, passa pela Consultoria Jurídica do Ministério e esse trâmite não foi suficiente para nós chegarmos ao dia de hoje já com a moção *ad referendum* assinada pelo Ministro e encaminhada para o Senado. Portanto nós passamos a incluir essa moção para a pauta de hoje porque a idéia é que nós voltássemos para a reunião de hoje aprovando aquela moção *ad referendum* do Plenário, mas o prazo não foi suficiente para nós fazermos a tramitação daquela moção. Então, portanto, nós trazemos aqui para o Plenário, ela está na pauta que vocês tiveram, e ela vai ser encaminhada, portanto, como uma moção normal porque esta reunião foi chamada muito breve, muito próxima da reunião passada. Então vocês vão verificar que ela consta da pauta de hoje para nós analisarmos, é exatamente o item 2.1. Então é isso. Eu só queria comunicar ao Plenário essa mudança em função do prazo que foi de fato muito curto. Então eu solicito ao Márley que leia a nova Ordem do Dia. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – Abertura, depois Ordem do Dia, item 1 – deliberação da proposta de Resolução que: 1.1 – cria unidades de gestão de recursos hídricos e bacias hidrográficas de rígido domínio da União – UGRH; estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos Comitês de Bacias, encaminhado pelo Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. 1.2 – aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, encaminhado pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. 1.3 – delega competência à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. 1.4 – Altera a Resolução número 95 de 17 de dezembro de 2008, que estabelece como posição e define suplências para as CTAS, CTAPS, CTGHT, para mandato de primeiro de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011 e dá outras providências, encaminhado pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. 1.5 – estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para planejamento, implantação e operação de rede nacional de monitoramento integrado qualitativo e quantitativo de águas subterrâneas, encaminhada pela Câmara Técnica de Água Subterrâneas. 1.6 – aprova a proposta de instituição do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Grande e dá outras providências, encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH. Item 2, deliberação sobre proposta de moção que: 2.1 – recomenda a rejeição do Projeto de Lei da Câmara número 315 de 2009, em tramitação no Senado Federal, que reduz o percentual de recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos CFURH destinado aos Estados. Em seguida informes e por último encerramento. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu passo, portanto, à discussão da pauta, o item 1.1, é a deliberação sobre a proposta de Resolução que cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União – UGRH, estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos Comitês de Bacia, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu queria informar aqui ao Plenário que essa proposta de Resolução foi aprovada pelo Conselho, aprovado o mérito da Resolução, até onde nós tivemos a interrupção da reunião e ela foi aprovada no mérito e restou a análise de 3 destaques feitos naquela reunião. O § 2º do art. 4º, a Resolução deve estar projetada, eu peço que o pessoal coloque aqui o ponto que teve o destaque. Na verdade é o § 2º do art. 4º, o § 2º, na verdade, tem duas propostas. O § 2º diz que excepcionalmente poderão ser criados dentro de uma UGRH para viabilizar o processo de gestão de recursos hídricos outros Comitês de rios de domínio da União. Então nós temos uma proposta de exclusão do Conselheiro Carlos Hugo, do Ministério da Justiça, e uma proposta de permanência do parágrafo do Conselheiro Wilson de Azevedo Filho, aqui representando pescadores, turismo e lazer. Nós temos, portanto, encaminhamento em análise desse art. § 2º e aí eu quero já abrir a discussão no Plenário sobre a votação desse destaque.

289 Portanto, eu pediria aqui ao Plenário que se manifestasse, na verdade, nós temos uma votação
290 muito específica. A votação sobre a permanência do § 2º e a votação da retirada do § 2º. E aí eu
291 coloco em discussão do Plenário, pergunto se existe a necessidade ainda de detalhamento sobre
292 esse assunto e, na verdade, não havendo, eu coloco em votação o parágrafo. **O SR. CARLOS**
293 **HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – É só uma questão de interpretação, pelo
294 que eu entendo esse ponto específico já é matéria vencida, porque o Plenário já se manifestou na
295 reunião passada e rejeitou a exclusão. O que eu entendo que não foi possível de votação foi a
296 aprovação da Resolução final, da versão final, por conta de falta de quorum, mas quando este
297 ponto foi votado não houve questionamento. Então o que eu entendo é que a votação que ocorreu
298 com relação ao § 2º já é matéria vencida e foi vencida na reunião passada. **O SR. SILVANO**
299 **SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu queria escutar o Conselheiro
300 Wilson só para ficar claro. A Resolução foi aprovada, o mérito dela, o que nós fizemos foi
301 encerrar a discussão do mérito, isso já foi passado, o que ficou discutido foram os destaques.
302 Então, com essa sua informação, de que já votou, o Conselheiro Wilson também está sinalizando
303 que de fato foi votado, que foi aprovado, eu pediria aqui o apoio do pessoal da Assessoria. **O SR.**
304 **WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores, Lazer e Turismo)** – Eu queria concordar com
305 o Conselheiro Carlos Hugo. Essa matéria é matéria vencida, já foi votada na reunião passada. **O**
306 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok, esse ponto já
307 está aprovado. Eu então retiro a discussão. O Conselheiro João Clímaco está escrito é para falar
308 sobre esse ponto? Questão de Ordem? Agora, sobre este ponto eu já estou tomando a decisão de
309 que já foi de fato apreciado e, portanto, foi aprovada a manutenção deste parágrafo. Nos restaria,
310 portanto, o art. 5º e o anexo. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** –
311 Bom dia a todos. Eu estou querendo só um esclarecimento, senhor secretário. Ela sendo aprovada
312 no mérito, implica dizer que a votação já foi realizada Todo o processo de votação está submetida
313 a uma situação que impede que você tenha uma recuperação dos pontos que faltam ser votados?
314 Por exemplo, eu não sei se você está me entendendo. **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
315 **(Secretário Executivo do CNRH)** – O que acontece é que ela foi analisada o mérito da
316 Resolução, então a Resolução foi acolhida pelo Plenário e aí nós abrimos para a apresentação de
317 destaques. Tivemos 3 destaques, eu estou informado que o destaque do § 2º já foi vencido e,
318 portanto, sobram dois destaques porque já foram identificados na reunião passada. É isso que nós
319 estamos fazendo aqui. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – Os
320 destaque foram identificados na reunião passada? O que não quer dizer que novos destaques
321 sejam colocados nos itens que faltam? **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário**
322 **Executivo do CNRH)** – A fase de apresentação de destaques já foi vencida, nós fizemos uma
323 leitura dos destaques. Num momento aqui na reunião passada, que os Conselheiros devem se
324 lembrar, nós abrimos para destaques, os destaques foram feitos e identificados e nós, portanto,
325 passamos à análise já dos destaques. No momento em que nós passamos à análise dos destaques
326 ficou encerrada a fase de identificação de destaques. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE**
327 **MENDONÇA (ONGs)** – Eu tenho que lhe informar que na reunião passada, não por causa do
328 encaminhamento, até por causa de transtorno nosso mesmo de ter chegado após o nosso item que
329 foi feito um esforço extremo nosso de que nosso item fosse aprovado no item 4, e não foi na
330 Câmara Técnica e seria objeto de nossa proposta aqui, eu queria recuperar essa oportunidade de
331 colocar esse adendo do item 4, tendo em vista que ele não contempla os princípios que nós
332 entendemos de participação, integração e controle social que os pressupostos e os fundamentos
333 da Lei nº 9.433, de 1997 permitem. Então, como isso foi prejudicado naquele tempo, nós
334 achamos que a Resolução em tese não foi ainda aprovada, tendo em vista que a própria ata ainda
335 não foi aprovada. Então eu queria recuperar essa oportunidade de por alteração no item 4, no art.
336 4º e, no caso contrário, dentro dos pressupostos que eu estou falando de participação que faltam

337 nessa Resolução, nós teríamos, sem prejuízo de ter votado o mérito ou não, usar o nosso direito
338 de pedido de vista para alterar nos artigos seguintes a proposta que nós temos tentado colocar no
339 4º e não pudemos fazer. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do**
340 **CNRH)** – Conselheiro, do ponto de vista regimental a parte de pedido de vista já venceu, já
341 passou, porque nós tivemos a análise do mérito, ela foi aprovada no mérito e ela está em fase de
342 votação dos destaques. Então, o momento de discutir vista, na verdade, passou, nós estamos
343 fazendo a votação dos destaques. Então não cabe mais análise e nem pedido de vista. Já foi feita a
344 consulta ao Regimento, esta reunião é continuação da reunião passada, portanto, a parte de ata
345 não está ainda processada, não é necessário, e o entendimento do Conselho e da coordenação do
346 Conselho é que não cabe mais. Nós temos dois destaques a serem votados. Passou o momento de
347 vista e eu queria continuar a votação dos dois destaques. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES**
348 **DE MENDONÇA (ONGs)** – Para efeito de esclarecer o voto do nosso entendimento, Secretário,
349 essa forma de encaminhar a votação prejudica e cria dois momentos de votação de modo que nós
350 ficamos sem entender o que é votação que pode permitir nosso uso de direito regimental ou não.
351 Eu sugeriria a votação dessa Resolução que em tese não foi votada, e essa forma de votação não
352 está constituída no Regimento. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário**
353 **Executivo do CNRH)** – Eu passo ao Márley só para ele ler o Regimento e depois ele passa à
354 votação. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – Art. 15 do
355 Regimento Interno do CNRH diz que é facultado a qualquer Conselheiro com direito a voto
356 requer vista devidamente justificada de matéria não julgada ou ainda solicitar a retirada de pauta
357 de matéria de sua autoria, ou seja, de matéria que ainda não foi votada pelo Conselho. **O SR.**
358 **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Conselheiro, eu
359 queria então, portanto, dar continuidade à votação. Nós temos ainda dois artigos para serem
360 votados, a posição do Conselho é que de fato não procede, a votação foi feita no momento
361 correto, à análise do mérito da Resolução foi discutida na reunião passada e nós podemos votar
362 aqui os pontos que estão apresentados. Naquela reunião passada você pediu para fazer análise de
363 vista, nós dissemos que já tinha passado o período e eu queria dar continuidade à discussão
364 porque nós temos dois pontos para serem votados. Eu, portanto, eu quero colocar em discussão
365 porque nós estamos amparados pelo Regimento. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE**
366 **MENDONÇA (ONGs)** – Eu devo lhe informar então que o nosso entendimento é que o
367 Regimento não faz essa distinção entre os dois momentos para votação, de modo que seria
368 conveniente nós encontrarmos um meio de aperfeiçoar essa Resolução através de uma retomada
369 dela na CTIL ou na Câmara Técnica para nós retomarmos, haja vista que ela vai criar
370 dificuldades para o nosso segmento no que diz respeito à garantia de que teremos Comitês
371 democráticos e participativos. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário**
372 **Executivo do CNRH)** – Conselheiro, eu gostaria de fato de continuar, eu estou entendendo a posição
373 do Conselheiro, mas o entendimento da coordenação do Conselho não é este. Eu queria dar
374 encaminhamento. Eu acho que o Conselheiro tem a posição dele apresentar, é legítimo, nós
375 podemos até depois reavaliar o Regimento, mas a nossa avaliação é que de fato este momento
376 passou e nós temos aqui dois artigos para votar. Eu queria, portanto, continuar a análise. Isso é
377 uma posição do Conselheiro, mas a coordenação do Conselho tem um entendimento. **O SR.**
378 **MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – Só reforçando aqui, até agradecer
379 a lembrança do Conselheiro Carlos Hugo, o § 4º complementa o *caput* que eu acabei de ler, ele
380 diz o seguinte: é intempestivo o pedido de vista ou de retirada de pauta após o início da votação
381 da matéria. Então essa matéria já foi votada na reunião anterior. **O SR. JOÃO CLÍMACO**
382 **SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – No regimento não consta esse modelo de votação, do
383 mérito e sem mérito. Eu sugiro que nós criemos um espaço de retomar uma proposta
384 conciliadora, essa Resolução como outras ela vai ter vácuo legal ao nosso ver. Então eu gostaria

que ela fosse retomada. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Está vencida, o processo não vai ser retomado, ela vai continuar e eu queria botar em votação o § 2º do art. 5º, porque de fato não foi votado. Então eu queria botar em discussão porque o § 2º do art. 4º está votado. Eu queria botar em votação o art. 5º. É sobre o art. 5º, está aqui colocado na tela, o art. 5º, ele define que os Comitês de Bacias deverão encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos até o dia 30 de junho do ano seguinte, relatório de atividades anuais contendo no mínimo: Regimento Interno, quando da sua criação e alterações posteriores, relação atualizada dos membros dos seguimentos que representam, nome, telefone e endereço eletrônico dos membros, atas das reuniões do Comitê, e suas listas de presença e atos deliberativos aprovados. O parágrafo único diz que o relatório de atividades deverá ser elaborado conforme o procedimento definido pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós temos aqui uma proposta de manutenção desse parágrafo único, uma outra proposta de exclusão do art. 5º, e uma proposta feita inclusive em nome, que foi dada a palavra a uma representante, à Maria Aparecida pelo Conselheiro, e ela apresentou essa proposta em nome deste Conselheiro, então a proposta é de exclusão do art. 5º. Então nós temos aqui duas propostas de redação, uma redação que mantém o parágrafo único e uma outra que exclui o art. 5º. Uma proposta que é de manutenção do art. 5º, e uma outra proposta que é de exclusão do art. 5º. Ok? O Conselheiro está escrito sobre este assunto? **O SR. RAUL MUNHOZ NETO (Concessionárias)** – Eu queria falar ainda sobre o § 2º, só um argumento quanto ao julgamento de mérito na reunião passada, numa reunião sem quorum. Então eu entendo que isso não é um passo vencido. Então, dentro da minha consideração isso seria um aspecto que teria que ser levado à votação agora as duas propostas então existentes: da exclusão ou da permanência do parágrafo, uma vez que a questão do mérito foi feita numa reunião sem quorum. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu passo ao Márley para fazer essa avaliação. Nós tivemos já uma análise sobre essa questão do quorum e fizemos uma análise legal sobre essa questão do quorum e passo ao Márley para fazer uma explicação do entendimento. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – O encaminhamento do Secretário para a votação do § 2º do art. 4º foi em razão de uma falha da Secretaria-Executiva, como nós ainda não temos a ata nós preparamos o roteiro de maneira inadequada, por isso que o secretário Silvano encaminhou esse assunto para matéria. No entanto, na reunião passada, a verificação do quorum se deu em momento posterior à aprovação, ou melhor, à deliberação deste item. Então, a reunião prossegue, quer dizer, ela foi interrompida a partir do momento em que houve uma solicitação de verificação de quorum. Todas as votações que precederam a esse momento elas prevalecem, elas foram realizadas regimentalmente e nós temos que seguir a discussão do item a partir do momento em que houve a verificação de que não tínhamos mais quorum para deliberação. Então o momento posterior à verificação do quorum na reunião anterior são as duas emendas que restaram, uma relativa ao art. 5º, de manutenção ou exclusão e outra relativa ao anexo que foi apresentado também com relação à parte que trata do rio Itaúnas. Então são duas emendas que restaram para serem analisadas. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Esse é o entendimento do da coordenação do Conselho. **O SR. RAUL MUNHOZ NETO (Concessionárias)** – O entendimento dessa explicação para mim não confere, uma vez que nós estamos na 28ª Reunião Extraordinária e essa decisão foi tomada na 27ª Reunião Extraordinária. Então ela não é uma continuação da anterior. Eu só queria deixar essa minha observação. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Conselheiro, no entendimento nosso é que de fato na reunião anterior foi de fato votado. Isso foi discutido e foi aprovado. Então não faz sentido de fato nós voltarmos a essa discussão. Esse ponto foi votado, inclusive pelo próprio Conselheiro Carlos Hugo que sugeriu a exclusão do art., ele próprio veio aqui para dizer

que esse ponto foi votado, com testemunho dele enquanto o propositor daquela alteração no art. 4º, e de fato esse ponto cumpriu, ele já passou e não cabe de fato nós retornarmos a ele. Eu queria colocar, portanto, em votação o art. 5º. Eu abro, portanto, a discussão do art. 5º. Nós temos duas propostas. A Conselheira Rosa Mancini quer fazer uso essa palavra. **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH/SP)** – Eu só queria defender a manutenção do art. 5º na íntegra como está na proposta original da Resolução, uma vez que o argumento utilizado quando foi feita a proposta número um é que não há sanção, portanto não havendo sanção não tem sentido a existência desse art. 5º. Agora, eu acho que por uma questão da gestão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por uma questão de controle das atividades do Comitê, não controle de rédea curta, mas de simplesmente estar acompanhando as atividades, é importante que esses relatórios sejam encaminhados e que a Secretaria-Executiva do Conselho ou a ANA tenham um controle, enfim, o relato do que está sendo feito em cada um deles. Então a minha proposta é que seja mantido na íntegra o art. 5º. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu queria abrir para a defesa da proposta 1 ou 2 caso haja para defender. Conselheiro Flávio Neiva está aí? Raul Munhoz gostaria de defender a proposta de exclusão do art. 5º? **O SR. RAUL MUNHOZ NETO (Concessionárias)** – Eu sou suplente do Flávio Neiva. Eu só queria fazer uma observação que, embora eu não tenha conversado com o Flávio, eu compactuo com a posição da senhora colocando a manutenção desse art. 5º dentro dessa Resolução porque inclusive a própria ementa já fala a criação e acompanhamento dos Comitês. Então eu entendo que há a necessidade desse acompanhamento de que o art. 5º continue fazendo parte da Resolução. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheiro. Então eu coloco em votação o art. 15, tem duas propostas. Eu gostaria de que aqueles que forem favoráveis à manutenção do art. 5º, por favor, se manifestem levantando o crachá. Aqueles a favor da proposta de retirada, por favor, se manifestem levantando o crachá. Tem um voto. Aqueles que se abstém, por favor, se manifestem levantando o crachá. Nenhuma abstenção. Então está aprovado por unanimidade. Eu passo então à discussão do Anexo 2, nós temos aqui a proposta de exclusão do rio Itaúnas. O Anexo 2 fala das regiões hidrográficas e das UGRHs. Na verdade está na folha 2/3. Na UGRH, na região hidrográfica do Atlântico Leste a sugestão proposta foi de retirada do rio Itaúnas e tem uma proposta de manutenção do rio Itaúnas. E eu coloco aqui em discussão. Nós temos, portanto, duas propostas: uma da manutenção do rio Itaúnas e uma proposta de permanência do rio Itaúnas e eu queria colocar em discussão esta questão. **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH/SP)** – Eu queria passar a palavra para a Aline, que é do Espírito Santo, para defender o rio Itaúnas. **A SRª. ALINE GARCIA (IEMA/ES)** – Eu estou representando o Conselheiro Fábio do CERH do Espírito Santo. Eu queria apenas esclarecer as dúvidas que foram colocadas na reunião passada a respeito do rio Itaúnas. Essas dúvidas, na verdade, foram esclarecidas junto à ANA. Então o Estado não é mais a favor dessa exclusão e sim continuar como estava com a manutenção do rio dentro da proposta. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Dessa forma não existe mais a proposta de retirada do Itaúnas, é isso? Então se não existe mais a proposta de retirada, dando voz ao Estado do Espírito Santo em nome da Conselheira Rosa Mancini, está retirada essa proposta e, portanto, a Resolução que cria a UGRH está aprovada. Vamos passar então à discussão do item 1.2 da pauta, que era o antigo 1.3, que é a deliberação sobre a Resolução que aprova os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, e nós estamos aqui localizando o Rodrigo, que acabou de chegar, eu queria convidá-lo para em 10 minutos fazer a apresentação da proposta aqui apresentada pela Câmara Técnica de Cobrança. Então Rodrigo com 10 minutos a palavra. **O SR. RODRIGO**

481 **SPEZIALI (SRHU/MMA)** – Bom dia a todos. Essa é a proposta de Resolução que fala sobre a
482 implantação da cobrança no São Francisco. Os valores e mecanismos para a cobrança pelo uso de
483 recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que foi a deliberação número 40 e
484 os dois respectivos anexos: 1 e 2 da própria deliberação. Bom, um breve histórico. Na data de 20
485 de novembro de 2009 o Comitê da Bacia do Rio São Francisco encaminhou para a Câmara
486 Técnica de Cobrança, para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, as deliberações 40 e 45
487 acompanhadas das Notas Técnicas da ANA nº 492/2004 e 390/2005. Foi aberto um processo aqui
488 no âmbito da Secretaria-Executiva. Em 4 de fevereiro de 2010 foi feita a convocação da 64ª
489 reunião da CTCOB, com o convite para o Comitê fazer a apresentação junto à Câmara Técnica.
490 No dia 12 de fevereiro a ANA encaminhou a Nota Técnica referente a esse processo específico.
491 Bom, aqui se refere? À Deliberação 40. Ela se refere, estabelece mecanismos e sugere valores de
492 cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco e a deliberação
493 número 45 de 5 de novembro de 2009 dispõe sobre mecanismos e critérios complementares de
494 cobrança, bem como sugere valores para os usos externos das águas do projeto de transposição.
495 Então a primeira estabelece mecanismos e sugere valores e a segunda é específica sobre a
496 transposição. Bom, a CTCOB recebeu com a presença do Comitê, com a presença da ANA, fez
497 um debate e entendeu o seguinte encaminhamento: primeiro, recomendar ao Plenário do CNRH a
498 aprovação da Deliberação nº 40, anexos 1 e 2. Esse foi o primeiro encaminhamento da Câmara
499 Técnica. E o segundo foi solicitar ao Comitê da bacia hidrográfica do rio São Francisco
500 complementação e fundamentação técnica sobre os mecanismos e critérios utilizados para a
501 delimitação das vazões e coeficientes da 45, ou seja, nós estamos solicitando informações
502 complementares para que o Comitê apresente quais foram os critérios utilizados nessa
503 deliberação, uma vez que eles não foram apresentados. Quais são os mecanismos? Os mecânicos
504 de cobrança pelo uso da água da bacia. A base de cálculo: a cobrança vezes a captação, consumo
505 e lançamento, preços unitários e os diversos coeficientes que estão estabelecidos. Bom, aqui é
506 uma rápida explicação, o K de captação vezes o K de consumo, vezes DBO, vezes K de gestão.
507 Esse seria basicamente o mecanismo estabelecido, onde que o K captação é o volume anual, o
508 lançamento é o volume lançado no corpo hídrico, o K consumo é a água consumida, diferença
509 entre as duas equações, e a carga orgânica verificada pelo DBO. Você teria os dois mecanismos,
510 captação vezes preço unitário vezes o K, quantidade vezes o preço, onde o K é de acordo com a
511 classe e o T é o coeficiente que leva em conta as boas práticas de uso e conservação, que foi
512 apresentada como uma proposta. O consumo, o valor do consumo é o K consumo vezes preço
513 vezes o coeficiente de consumo. O K consumo é o quê? É a quantidade captada menos a
514 quantidade lançada e para irrigação com um coeficiente específico para a irrigação. E embaixo
515 leva em conta as boas práticas, conservação de água, que seria o K consumo. O lançamento,
516 DBO, é a carga orgânica vezes preço vezes lançamento. A carga orgânica e o DBO vezes o
517 lançamento. Então aqui basicamente está sendo explicado cada um dos critérios. A Câmara
518 Técnica entendeu que eles estão adequados, que nós poderíamos estar sugerindo ao Plenário do
519 Conselho a aprovação dessa deliberação do Comitê, mas em relação a 45 nós sugerimos que
520 sejam colocadas informações complementares. Por quê? Essa aqui está na 40 ainda, que é a
521 proposta que foi colocada pelo Comitê para fazer a transposição. Só que na 45 ele diferenciou
522 entre o eixo leste e o eixo norte. Então é nesse sentido que nós estamos pedindo um pouco mais
523 para quais foram os fundamentos que levaram o Comitê a solicitar essa diferenciação. O próprio
524 Comitê concordou conosco que era necessário explicar um pouco melhor e fundamentar um
525 pouco melhor. Eles concordaram que fosse necessário aprofundar um pouco mais o debate para
526 depois estar realmente ponderando a necessidade e reencaminhar à Câmara. Bom, o que é o K
527 gestão, todo mundo já conhece um pouco, que é a proposta de garantia do valor da cobrança, ou
528 seja, se esse recurso não foi efetivamente transferido ao Comitê, ele vira 0. Quais são os critérios?

529 Primeiro, é se a ANA, se não estiver na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a questão das despesas
530 ressaltadas que é o recurso da cobrança. Então se não tive a garantia que o recurso vai ser em
531 contingenciamento, o que acontece? O K gestão vira 0, portanto a equação zero, a cobrança cessa.
532 A segunda condição é se houve o descumprimento pelo ANA do contrato de gestão. Então se
533 houver o descumprimento pela ANA o K gestão vira 0 e a equação zero, o preço vira 0 e você
534 não tem cobrança. É uma forma de segurança que já está, inclusive sendo utilizada pelos demais
535 Comitês. Isso não tem nenhuma novidade. Aqui é um pouco dos valores das classes, dos termos,
536 classes e valores que estão sendo colocados para dentro dos coeficientes da equação e aqui os
537 preços públicos unitários, 01 centavo para captação, 02 para consumo e 07 para lançamento de
538 carga orgânica. Esses são os valores estabelecidos que estão em sintonia também com os demais
539 valores aplicados nas outras duas bacias, com poucas diferenciações. Aqui é uma idéia do
540 potencial de arrecadação da bacia do São Francisco, isso somente da 40 estabelecida pela Nota
541 Técnica, que seria o quê? 23 milhões por ano para os Estados dentro das bacias de domínio
542 estadual e 20 milhões para a bacia federal, totalizando em torno de 40 milhões que seria o valor
543 todo gerado pelo potencial de arrecadação. Bom, é essa a nossa proposta. Eu acho que essa
544 discussão de São Francisco e principalmente a discussão da transposição remete ao Conselho a
545 necessidade de nós aprimorarmos os mecanismos específicos para a transposição, de cobrança
546 para a transposição, isso é uma questão que a Câmara acredita que seja importante nós nos
547 debruçarmos e apresentarmos ao Plenário no futuro, se vocês, o Plenário assim concordar, uma
548 proposta de Resolução para orientar os processos de transposição, porque ainda não estão, são
549 muito específicos, então ela é necessária para nós avançarmos um pouco melhor nessa discussão
550 e trazer depois no futuro uma proposta de regulamentação específica para a transposição. Isso é
551 uma idéia que se imagina que a Câmara poderia estar desenvolvendo e apresentando como uma
552 contribuição ao Plenário. A nossa proposta de Resolução aprova os valores e mecanismos para a
553 cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia do São Francisco e ela tem basicamente dois
554 artigos, que aprovam os valores e mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos da
555 bacia do São Francisco, conforme proposto pelo Comitê, nos termos da Deliberação nº 40,
556 anexos 1 e 2 e a 45 seria objeto de complementação do próprio Comitê para depois uma avaliação
557 detalhada. Isso, eu gosto de frisar, em harmonia com o próprio Comitê. Obrigado. **O SR.**
558 **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Inicialmente eu
559 queria agradecer ao Rodrigo pela apresentação, e peço a ele que possa permanecer conosco aqui
560 caso haja alguma dúvida que ele possa ajudar. Tendo feito a colocação eu coloco em discussão a
561 Resolução apresentada, aqueles Conselheiros que queriam se manifestar, por favor, podem
562 levantar os seus braços. Até o Marcelo chegar eu só queria dizer que de fato no processo de
563 discussão nós tivemos uma boa interlocução com o Comitê da bacia do São Francisco, a diretoria
564 do Comitê esteve participando da reunião da Câmara Técnica, foram vários diálogos, vários
565 entendimentos e de fato o que foi apresentando aqui significa um consenso da Câmara Técnica de
566 Cobrança e o próprio Comitê da bacia do São Francisco. **O SR. MARCELO BARBOSA**
567 **SAMPAIO (Ministério da Pesca e Aquicultura)** – Senhor Secretário, Márley, senhores
568 Conselheiros, é uma satisfação retornar ao Conselho, depois de um período afastado por motivo
569 de doença. Eu queria parabenizar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a
570 Câmara Técnica de Cobrança pelo trabalho, pela avaliação também. Na verdade, o que nos traz
571 aqui nesse momento é uma preocupação em relação aos valores de outorga de diluição, ou seja,
572 de lançamento. E aqueles que conhecem o rio São Francisco, o rio da integração nacional, nós
573 percebemos que ele percorre várias áreas onde nós temos municípios extremamente pobres e cujo
574 lançamento de efluentes é feita *in natura* no rio São Francisco. Eu queria saber se nós tivemos
575 alguma avaliação do impacto econômico, apesar dos valores de cobrança me parecerem bastante
576 irrisórios, se eles têm idéia do quanto isso impacta as prefeituras e se há alguma ressalva do ponto

de vista que nós não inviabilizemos algumas administrações municipais pequenas. Essa é uma preocupação nossa, apesar de nós acharmos extremamente justo a cobrança pelo uso do recurso, mas é uma preocupação com os pequenos municípios da bacia do São Francisco. **O SR. RODRIGO SPEZIALI (SRHU/MMA)** – Bom, Marcelo, obrigado pelos comentários. Na realidade foi feito sim uma análise de impacto da arrecadação e capacidade de pagamento. Então foi feito um estudo elaborado por uma consultoria entregue à Agência Nacional de Águas no qual ela faz esse detalhamento de capacidade de pagamento dos diversos usuários. Então não se identificou grandes problemas nesse sentido. Além disso, se algum usuário achar pertinente o demandar, entender que por algum motivo aquela cobrança está um pouco intensiva, ou ela está com sobre-preço, ou ele não teria capacidade de fazer o pagamento, ele pode apresentar ao próprio Plenário do Comitê e depois ao próprio Conselho solicitação de revisão, isso aí não teria dificuldade a partir do momento que você for fazer uma adequação. Isso é factível, é possível e não teria nenhum problema. **O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (Ministério da Pesca e Aquicultura)** – A minha pergunta é se é necessário fazer constar da nossa Resolução que aprova que os procedimentos definidos pelo Comitê de Bacias, essa ressalva. Ou seja, essa possibilidade, é preciso estar ressalvado isso? Porque não está claro na deliberação 40 e a nossa Resolução se resume naqueles dois artigos que você citou aqui. Eu queria saber o seguinte: é óbvio que isso é de bom senso, mas a minha preocupação é: é necessário, do ponto de vista jurídico, Márley, fazer uma ressalva quanto a essas possibilidades? **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** – Nós temos que tomar cuidado, Conselheiro, da própria redação da Resolução do CNRH, porque a atribuição do CNRH é de aprovar ou não o que foi proposto pelo Comitê. Nós podemos até recomendar que o Comitê trate determinado assunto, mas não é uma... Eu quero dizer que seria sugerir mesmo, nós não podemos determinar, porque isso está na atribuição do Comitê fazer essa discussão. Então quando a Resolução vem para cá nós temos a atribuição de aprová-la ou não. Nos cabe eventuais recomendações, como nós já fizemos numa oportunidade com relação ao PCJ. Agora, se a ressalva significa uma interferência no mérito da Resolução, aí eu acho que já estaríamos extrapolando a nossa atribuição. **O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (Ministério da Pesca e Aquicultura)** – Eu concordo plenamente contigo, Márley, o que eu queria era, na linha do que o Rodrigo explanou aqui, se é possível a própria Câmara Técnica de Cobrança fazer essa recomendação para que nós não deixemos de observar o que é uma realidade do País, apenas para garantir o procedimento, mas não é questão em relação ao mérito da aprovação da Resolução, nós não temos qualquer questionamento. **O SR. RODRIGO SPEZIALI (SRHU/MMA)** – Marcelo, aqui o art. 38 da Lei nº 9.433, de 1997 estabelece: compete aos Comitês de Bacia, no âmbito da sua área de administração: II – arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos. Quer dizer, eu poderia ter incluído aí como uma questão de conflito e questão do valor que está sendo pago, isso eu acho que o Plenário teria essa possibilidade prevista em Lei. Então não precisa reforçar o que já está previsto em Lei. E também fala que o próprio Conselho... As decisões do Comitê de Bacia encaminharão recursos ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de acordo com as suas esferas de competência, ou seja, qualquer usuário pode apresentar uma fundamentação e pedir uma revisão a partir do que está estabelecido em Lei. Então eu acho que não tem necessidade de repetir um artigo. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheiro. Conselheiro João Clímaco. Na fala do Conselheiro João Clímaco nós encerramos as inscrições para colocar em discussão o texto base da Resolução. Nós temos mais um inscrito também, o Conselheiro do Rio Grande do Norte. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – Secretário e demais membros do Conselho, nós tivemos acompanhando essa discussão da cobrança do CBH do São Francisco, e em princípio nós temos

625 um posicionamento de respeitar, no que for possível, no máximo a decisão do Comitê. Mesmo, às
626 vezes, nós perdemos alguns encaminhamentos dentro do próprio Comitê, mas nós estivemos, a
627 nossa representação acompanhou essa discussão dentro do Comitê, de modo que não seria até
628 ético de nossa parte fazer nenhuma observação que contrariasse o que foi decidido no Comitê.
629 Contudo, isso foi produto de uma experiência rica de todo mundo perde, todo mundo ganha. Tal
630 experiência no Comitê pode servir de luz para que essas coisas aconteçam aqui também no
631 Conselho. O Comitê do São Francisco foi muito sábio e nossa representação no Comitê do São
632 Francisco, tivemos momentos difíceis para chegar nessa Resolução e foi um processo de
633 negociações política onde nós, apesar de sermos minoria, o nosso segmento teve uma ética de
634 convivência que permitiu a negociação, coisa que não acontece aqui nesse Conselho. Nós somos
635 somente dois representantes e tudo está saindo de maneira pouco convincente, nos levando a ter
636 que procurar outras instâncias para poder garantir o direito e os princípios que nós acreditamos
637 que estamos defendendo. Eu cito isso como exemplo, acho que a Resolução deveria contemplar o
638 produto da negociação, mesmo com algumas coisas que nós perdemos abrindo mão, coisas que
639 podemos fazer aqui também no Conselho e infelizmente não está acontecendo, espero que no
640 próximo ano, com o novo Governo, alguma mudança haja de conseguir e levamos a não precisar
641 de artifícios regimentais para poder fazer a convivência política o mínimo possível. Devo
642 também dizer, além disso, só para terminar, que eu apoio em tese a proposta do companheiro da
643 SEAP do Governo Federal, quer dizer, merecendo, portanto, a continuidade dessa discussão. E
644 devo dizer também que à luz das últimas Resoluções do Comitê de Bacias do Rio das Velhas, em
645 Minas Gerais, nós teremos problemas para implementar a cobrança, porque algumas decisões
646 desse Comitê, que é afluente do São Francisco, vão em desencontro a essa Resolução. Então eu
647 digo assim: o exemplo que aconteceu nessa, que vai contar com o nosso apoio sem restrição, o
648 que nós tínhamos de perder nós já perdemos no Comitê e o que nós tínhamos de ganhar nós já
649 ganhamos no Comitê. E que o exemplo daqui nos leve a essa vivência positiva que aconteceu no
650 São Francisco e que aconteceu aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **O SR.**
651 **CARLOS IVAN DA CÂMARA FERREIRA DE MELO (CERH/RN)** – Bom dia a todos e a
652 todas. É só um esclarecimento ao palestrante, que ele falou que teriam dois critérios de cobrança
653 para o eixo norte e para o eixo leste, eu queria saber uma explicação sobre esses critérios de
654 cobrança e a razão deles. **O SR. RODRIGO SPEZIALI (SRHU/MMA)** – Secretário, na
655 realidade, o critério que foi estabelecido pela Resolução 45 estabelece um valor para o eixo norte
656 e outro valor para o eixo leste. A Câmara Técnica não apresentou ao Plenário porque entende que
657 precisa de uma fundamentação complementar. A Câmara Técnica, junto com o Comitê, nos
658 debates que foram realizados, entendeu que precisava ter mais esclarecimentos porque dessa
659 diferenciação dos valores. Não estava claro quais foram os argumentos, os fundamentos
660 econômicos, técnicos para que o Comitê fizesse uma diferenciação. Nesse sentido, pedimos ao
661 Comitê que complementasse algumas informações para que embasasse a análise técnica da
662 Câmara. Por isso que ela não veio a Plenário. A que veio ao Plenário é só a deliberação número
663 40 que aí não tem diferenciação, ela está com o mesmo valor estabelecido sem nenhuma
664 diferenciação. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** –
665 Bom, feitos os esclarecimentos, eu coloco então em discussão a Resolução sobre o texto base da
666 Resolução e, portanto, peço para que se manifestem aqueles Conselheiros favoráveis à votação
667 dessa Resolução do texto base, por favor, levantando o crachá. Os contrários, por favor, se
668 manifestem levantando o crachá. Aqueles que seu abstêm, por favor, se manifestem levantando o
669 crachá. Nós tivemos 4 abstenções e por diferenciação visual nós não tivemos nenhum voto
670 contrário e, portanto, o texto base da Resolução está aprovado. Eu pergunto se tem alguma
671 emenda à Resolução. **O SR. RAUL MUNHOZ NETO (Concessionárias)** – Por favor, sobre os
672 “considerandos”, são pequenos detalhes que eu gostaria só de fazer uma observação. No terceiro

considerando, nós temos uma sucessão ali de referência a duas leis, decreto e assim por diante. Dentro da nossa avaliação, seria suficiente fazer a referência ao art. 4º, inciso VI, da Lei nº 9.984, de 2000. Simplesmente isso. Todas elas estão amarradas. Eu gostaria só de fazer essa observação aqui, me referindo a esse art. 4º do inciso VI da Lei nº 9.984, de 2000 que diz assim: elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, como é o caso, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica na forma do inciso VI do art. 38 da Lei nº 9.433 de 1997. Quer dizer, nós estamos sendo repetitivos nessa redação. Bastaria, dentro do nosso entendimento, que fosse referido esse art. 4º inciso VI com grafia em números romanos. Então a redação do considerando referido seria a seguinte, a nossa proposta: considerando a competência do CNRH para a definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, conforme o art. 4º inciso VI da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Essa é a nossa proposta. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Nós tivemos aqui fazendo uma consulta ao Rodrigo, e tem concordância sobre esse texto, não tem prejuízo. Então eu queria aqui fazer o reconhecimento que a CTCOB tem concordância na aceitação dessa redação porque não traz prejuízo, é um considerando e ela se mantém de pé. Bom, eu entendo que este é a única sugestão de emenda. Eu, portanto, tendo acolhido a proposta eu queria dar por aprovada essa Resolução e, portanto, peço uma salva de palmas para a cobrança das águas da bacia do São Francisco. (Palmas) Muito obrigado Rodrigo e agradeço a contribuição e passo imediatamente à análise do item 1.3 da pauta, que é a deliberação sobre a proposta de Resolução que delega competência e fundação à Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o exercício de funções inerentes à Agência de águas das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, eu convido o senhor Luiz Moretti, Secretário-Executivo dos Comitês do PCJ para apresentar a matéria em 10 minutos. **O SR. LUIZ ROBERTO MORETTI (Secretário-Executivo dos Comitês PCJ)** – Muito obrigado Sr. Silvano, Sr. Márley. Bom dia senhoras e senhores. Muito bom dia. Eu trouxe uma atualizada com a data, mas está valendo. Na verdade essa apresentação é bastante breve e tem por objetivo mostrar o histórico da criação e do porque surgiu a Fundação Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Essa questão da criação da Fundação das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí começou em 1991 quando se trabalhou na Lei paulista das águas, vamos chamar assim, que é essa Lei de 30 de dezembro de 1991, no art. 29 que dizia da decisão do respectivo Comitê de Bacias de criação de uma entidade com estrutura administrativa e financeira própria, denominada Agência de Bacias, que deveria ter a aprovação do Conselho de Recursos Hídricos quando a gestão de recursos hídricos assim exigisse. Na Lei nº 7.663 nós temos uma série de atribuições delegadas a essa Fundação e na sequência foi criado, foi instalado o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que foi o primeiro Comitê de Bacias lá do Estado de São Paulo, ele é de 18 de novembro de 1993 e no dia da sua instalação, na cerimônia de instalação do Comitê, dentre as deliberações de praxe, como posse dos membros do Conselho, eleição do presidente, a quinta deliberação, que foi a primeira de serviço propriamente dito, o Comitê deliberou sobre a criação da então Agência das Bacias dos Rios PCJ. Na sequência, logo no ano seguinte, foi então aprovada, foi constituído um Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê e que começou a trabalhar o que seria essa Agência de Bacias, porque a Lei falava da criação, mas não dizia como ela era. Então nós trabalhamos nas bacias do PCJ com um Grupo de Trabalho que elaborou uma minuta de Anteprojeto de Lei, porque como não existia a definição do que era, teria que ser aprovada uma Lei e nós montamos uma minuta e encaminhamos para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de toda a discussão que houve na região optou-se pela figura jurídica de uma fundação de direito privado para exercer esse papel

721 de Agência de Bacias lá nas bacias do PCJ. Bom, essa minuta de anteprojeto chegando no
722 Conselho Estadual de Recursos Hídricos paulista, que deveria ser encaminhada, ser aprovada e
723 encaminhado ao Governo, verificou-se que havia interesse e era uma figura extremamente
724 interessante e isso foi aberto uma discussão no âmbito de todo o Estado de São Paulo, a proposta
725 que o Comitê do PCJ tinha feito para a bacia do PCJ. E aí então iniciou-se todo um processo de
726 discussão comandando pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e nós fizemos algumas
727 emendas a esse anteprojeto que deixou de ser específico para a bacia do PCJ e passou a ser para o
728 Estado de São Paulo. Há que se ressaltar aqui que essa proposta que acabou sendo encaminhada
729 pelo CERH era praticamente a proposta elaborada pelo Comitê do PCJ, com algumas
730 modificações que isso voltou para o nosso Comitê e acabou sendo ratificada, vamos dizer, essa
731 proposta para o Estado como um todo. E foi aí então que depois desse processo em todo o Estado
732 de São Paulo foi aprovada em 3 de julho de 1998 a Lei nº 10.020 lá de São Paulo que autorizava
733 o Poder Executivo do Estado de São Paulo a participar da constituição das fundações de direito
734 privado para exercerem o papel de Agências de Bacias no Estado de São Paulo. Então foi
735 definida essa configuração para agência de bacias para o Estado de São Paulo e da mesma forma
736 autorizou o Poder Executivo a participar da instituição, ou seja, dando um aval já para a
737 instituição da fundação, só tinha um artigo na disposição transitória que falava exatamente isso
738 que está aí colocado, criando, vamos dizer assim, instituindo a Fundação Agência das Bacias do
739 PCJ. Com isso, com essa Lei aprovada, o Comitê voltou à prancheta logo na sequência, constituiu
740 uma Comissão para estabelecer uma série de questões para organizar o que seria essa fundação. E
741 aí então foram aprovadas, porque na Lei, que inclusive constava na proposta do Comitê, para ela
742 ser instituída, a tal da fundação, ela precisaria ter adesão de 35% dos municípios da bacia,
743 abrangendo no mínimo 50% da população daquela bacia hidrográfica. Então nós tivemos que
744 propor, organizar a minuta de Lei municipal autorizando a adesão dos municípios à constituição e
745 uma série de procedimentos, como, por exemplo, a elaboração da minuta do estatuto, uma
746 proposição de uma estrutura organizacional dentre outras questões importantes para que se
747 pudesse constituir essa fundação. Bem, essa questão da criação da fundação, apesar de constar da
748 Lei nº 10.020 a constituição da fundação PCJ, nós solicitamos ao Conselho Estadual que ele
749 ratificasse. Então já tinha na Lei, mas nós falamos: por favor, nós queremos ratificar e aí por
750 meio da deliberação 21, o Conselho Estadual acabou aprovando a fundação, a Agência PCJ, além
751 do Alto Tietê, do Ribeira de Guapi, Litoral Sul e Mogi Guaçu. Outros Comitês acabaram
752 pegando carona nesse caminho. E aí o que aconteceu? Qual era a intenção e qual era o espírito da
753 questão da Fundação Agência das Bacias do PCJ? Que ela fosse custada integralmente, toda a
754 parte do seu custeio com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. E quando se deu
755 entrada no Projeto de Lei, a minuta de Projeto de Lei da Fundação que virou a Lei nº 10.020,
756 praticamente no mesmo tempo deu-se a entrada ao Projeto de Lei, PL 20, época, de 1998
757 também, que era o que instituída a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado
758 de São Paulo. Só que o que aconteceu? O Projeto de Lei da fundação saiu, foi aprovado, virou
759 Lei e o projeto da cobrança ficou lá patinando e acabou não sendo aprovado. Foi aprovado apenas
760 lá na frente, em 2005, final de 2005. Então o Comitê, que decisão tomou? Aguardar. Estava tudo
761 pronto para a instituição da Fundação, mas não tinha a cobrança e houve essa decisão do Comitê,
762 ele falou: só vamos implantar a Fundação na hora que tivermos a cobrança pelo uso da água. A
763 cobrança acabou aconteceu, foi regulamentada, foi implementada a cobrança do domínio do
764 Estado de São Paulo, e aí então com isso o Comitê começou, em 2006, com a cobrança aprovada
765 e aí em 2008 nós iniciamos todo o trâmite com a cobrança estadual que começou em 1º de janeiro
766 de 2007 para a instituição da Fundação. Nós tivemos, todo esse processo foi feito de forma
767 casada, de forma articulada, consensuada com o consórcio do PCJ, porque a intenção é que a
768 Fundação assumisse não só os recursos da cobrança estadual, mas também o da federal que o

769 consórcio PCJ estava fazendo transitoriamente em apoio aos Comitês PCJ esse papel até que se
770 conseguisse criar a Fundação. E aí então, documentos elaborados pelo próprio consórcio falando
771 da criação da Fundação, e aí a decisão da implantação definitiva. Todos os procedimentos foram
772 adotados, reuniões com secretaria de Estado, de Minas, São Paulo, a presidência da Agência
773 Nacional de Águas e as deliberações indicando então os presidentes, os membros. A adesão dos
774 57 municípios das bacias PCJ, 48 aprovaram as suas leis, o que representava 87% dos
775 municípios, eu precisava de 35 e 95% da população, eu precisava ter 50%. E aqui então a reunião
776 de instalação do Fundação em 5 de novembro, onde o presidente do consórcio inclusive que
777 estava presente fez a entrega ao então eleito presidente da Fundação, o presidente do Comitê
778 acabou assumindo o papel de presidente da Fundação nesse período de implementação e o
779 presidente do consórcio entregou simbolicamente o cheque com o patrimônio inicial, o consórcio
780 do patrimônio inicial para a instituição da Fundação e, além disso, cedeu parte de suas instalações
781 para que o Fundação pudesse ter o seu primeiro endereço para poder ser instituída e tirar o seu
782 CNPJ. A escritura pública já foi registrada, o CNPJ já está ativo, já tem conta corrente, já
783 recebemos o repasse dos recursos da cobrança estadual, já estão caindo na conta, portanto, a
784 Fundação já está operante e com recursos. São 75 mil reais por mês aproximadamente. Foi
785 definido o percentual da cobrança, enfim. E aqui quando nós estivemos na Câmara Técnica de
786 Assuntos Institucionais, aqui em Brasília, foi no dia de março, onde houve a aprovação da
787 Resolução que está sendo submetida aos senhores e senhoras nessa reunião. E na última reunião
788 Plenária que nós tivemos, foi então indicado o novo presidente porque o presidente tinha falado:
789 eu fico até ela estar operante, para poder alguém assumir. Agora, nessa reunião houve a indicação
790 do novo presidente, que por sinal foi indicado o Doutor José Roberto, que foi presidente do
791 consórcio até o final do ano passado enquanto ele era Prefeito de Itatiba, ele deixou de prefeito,
792 deixou de ser presidente do consórcio, foi ele inclusive que levou o consórcio a assumir o papel
793 de entidade delegatária da cobrança federal que vem exercendo até agora. E nós criamos um
794 Grupo de Trabalho envolvendo o consórcio Fundação Secretaria Executiva para fazer a transição
795 agora, aprovando se, e nós esperamos que seja acolhida essa proposta nesse Conselho, nós
796 tomamos até o cuidado de dizer que esse Grupo de Trabalho passará a trabalhar a partir do
797 momento da publicação da Resolução, quando ela ocorrer aqui no Conselho Estadual para que
798 nós façamos a transição consórcio e Fundação. Eu agradeço a atenção, muito obrigado. **O SR.**
799 **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu agradeço ao Luiz
800 Moretti a apresentação e, portanto, abro a palavra para os Conselheiros. Aqueles que queiram se
801 manifestar. Temos aqui lá do PCJ, do consórcio PCJ o Dalton está inscrito, e por um tempo de 3
802 minutos. Na fala do Dalto eu vou aqui fazer a aferição das inscrições, por favor, as pessoas que
803 quiserem se manifestar levantem o crachá. **O SR. DALTON FAVERO (Comitês)** – Bom dia a
804 todos, bom dia Secretário, bom dia Márley. Prezados colegas Conselheiros, eu estou aqui
805 incluindo até uma proposta de alteração na redação do art. 4º em face dessa transição que nós
806 estamos realizando. Quero parabenizar o Moretti pela brilhante apresentação. Eu só tenho que
807 muitas pessoas até, encontrando aqui nos corredores, falaram: Mas o consórcio vai deixar de ser
808 delegatário, como pode isso, como que fica? O consórcio faz parte de um processo. Esse processo
809 começou em 2005 quando esse Conselho aprovou a indicação pelo Comitê para que o consórcio
810 exercesse de forma temporária as funções de Agência de Água e através de um contrato com a
811 ANA – Agência Nacional da Águas nós fazemos a gestão dos recursos da cobrança federal lá nas
812 bacias. E essa Fundação vem complementar e essa entidade fará não só a gestão dos recursos
813 estaduais, que já está fazendo desde este ano, desde março do ano passado em diante, mas
814 também deverá fazer a gestão dos recursos federais. Existe ainda a possibilidade de vir a fazer a
815 gestão dos recursos da porção mineira da bacia, mas isso ainda é um processo que está sendo
816 discutido internamente em Minas, e enquanto esse processo não se chega ao final o consórcio

deverá ser a entidade equiparada para a gestão dos recursos lá em Minas Gerais. Então para as pessoas que me perguntaram: o consórcio está encerrando o seu processo, assim com dever cumprido. Uma sensação de conseguir todos os méritos possíveis com apoio não só desse Conselho, da própria ANA e principalmente dos comitês PCJ que confiaram no consórcio para exercer essas funções de delegatário. Nós temos uma proposta de alteração na redação do art. 4º, que fala, ao invés de: entrar em vigência, esse novo contrato de gestão com a ANA, a ser firmado com a Fundação, para ele começar a valer após um período de transição. Por que isso? Com o contrato e gestão com a ANA, o consórcio assumiu uma série de responsabilidades, firmou uma série de contratos também, repasses de recursos da cobrança para os municípios, para os formadores e esse processo de transição nós temos que fechar todas essas janelas que foram abertas. Então nós estamos propondo um período para realizar toda essa transição de modo sereno, harmônico, para que não haja ônus e nem passivo ao consórcio. Então nós temos aí uma proposta de que ficará valendo esse contrato, a partir desse final dessa transição. Nós, tanto o consórcio, os Comitê PCJ, a ANA, a própria Fundação estamos trabalhando com a hipótese de a partir do dia 1º de janeiro de 2011 passe a vigorar esse novo contrato. Então a proposta de alteração no art. 4º aí, ao invés de após a assinatura, mesmo sendo assinado, após a aprovação dessa proposta de Resolução, ele passa a valer somente a partir desse final de transição que nós estamos estimando então até o final do ano, todo esse processo. Muito obrigado e aguardo o apoio dos senhores na aprovação dessa proposta de Resolução. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu só queria aferir se a redação que está ali apresentada é a redação que você mantém, que é, na verdade, mudar de “após a assinatura”, para “no início de vigência”. É isso? É essa a proposta? Mas a redação é aquela mesma? **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Uma pequena modificação na proposta do Dalton, sem alterar o conteúdo dela, é que seria na data de entrada em vigor do contrato de gestão de que trata o parágrafo tal. Porque é importante nós termos uma data específica para isso e daí depois o Comitê se encarregaria de comunicar ao CNRH qual seria essa data especificamente. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Tem uma proposta aqui Dalton, não sei se você ouviu, se está de acordo. Ok? Então mudaria ali, ao invés de “no início da vigência”, “na data de entrada em vigor do contrato de gestão”. É isso? Perfeito. Eu então coloco em votação o texto base da Resolução que delega competência à Fundação Agência das Bacias Hidrográfica de Piracicaba, Capivari Jundiaí. Então no primeiro momento eu coloco em votação o texto base. Ok. Então aqueles favoráveis, por favor, se manifestem levantando o crachá. Ok. Aqueles contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Aqueles que se absterem, por favor, se manifestem levantando o crachá. Temos duas abstenções e a votação majoritariamente favorável ao texto base. Agora eu vou fazer aqui a discussão do destaque feito pelo próprio Conselheiro Dalton, sugerindo a mudança no art. 4º que fica com a redação apresentada aqui na tela. Eu então, portanto, coloco em votação a alteração sugerida pelo Conselheiro Dalton, aqui com a contribuição do Conselheiro Carlos Hugo, a redação apresentada na tela, aqueles que são favoráveis à nova redação, por favor, se manifestem. Aqueles que forem favoráveis se manifestem levantando o crachá. Ok. Os contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Entendendo que os contrários seria a redação original. Nenhuma votação contrária. Aqueles que se absterem, por favor, se manifestem levantando o crachá. 3 abstenções. Então majoritariamente está aprovada a Resolução com a redação alterada conforme proposto pelo Conselheiro Dalton e Conselheiro Carlos Hugo. Ok, concluída essa votação dessa Resolução passamos para o item 1.5 da pauta, que na verdade fica 1.4, que é a deliberação sobre a proposta de Resolução que altera a Resolução número 95 de 17 de dezembro de 2008, que estabelece composição e define suplências para as Câmaras Técnicas de Águas subterrâneas, a CTAS, CTAP, CTCT, a CTGHRT e CTPOAR para o mandato de 1º de

865 fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011 e dá outras providências, encaminhada pela Câmara
866 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Eu vou aqui pedir ao Conselheiro Márley que faça a
867 leitura, na condição de presidente CTIL, e possa apresentar a matéria por 10 minutos. **O SR.**
868 **MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (MMA/SRHU)** – Obrigado Sr. Secretário.
869 Conforme previsão do nosso Regimento as Câmaras Técnicas podem ser compostas por 9 a 17
870 membros e a composição da CTCT foi feita através da Resolução CNRH nº 95 em 17 de
871 dezembro de 2008, após esse período nós tivemos, quer dizer, naquela ocasião, a CTCT foi
872 composta por 17 membros. Após esse período nós tivemos a saída de alguns membros da
873 Câmara. E constatamos a existência de 3 vagas. Então a Câmara hoje está funcionando com 14
874 membros e fomos, a Secretaria-Executiva foi provocada a complementar esse quadro, abriu um
875 processo de inscrição para que quem se manifestasse e se interessasse a compor a CTCT nós
876 fizemos e estabelecemos um prazo, encaminhamos um comunicado a todos os Conselheiros para
877 que aqueles interessados em participar da Câmara se manifestassem junto à Secretaria Executiva
878 do CNRH. Nós recebemos a manifestação de 4 setores, de 4 membros do CNRH. Recebemos a
879 manifestação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Ciência e
880 Tecnologia, dos Irrigantes e também das organizações não governamentais. Então conforme
881 prevê o Regimento interno, cabe à Câmara Técnica Institucional e Legal – a CTIL, a apresentar
882 uma proposta para o Plenário do CNRH. A CTIL tratou desse tema, discutiu o tema, então nós
883 ficamos com a situação de 4 interessados para 3 vagas. A CTIL então fez uma proposta de
884 complementação da composição através do Ministério da Ciência e Tecnologia, dos Irrigantes e
885 das ONGs, ficando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na suplência. E aí eu
886 queria registrar que é uma discussão política que é feita na CTIL, é uma discussão institucional, é
887 evidente que prevalece a vontade dos que estão presentes. Então quem compareceu à reunião da
888 CTIL teve a oportunidade de influenciar na decisão, e essa proposta ao ser apresentada ao
889 Plenário, o Plenário tem a total liberdade, quer dizer, quem decide é o Plenário se acatada ou não
890 a proposta da CTIL. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do**
891 **CNRH)** – Ok. Eu estou entendendo, a Resolução não é essa que está aqui, talvez você poderia
892 passar lá a parte que fala do art. 1º, o inciso III, que a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia,
893 mas o que está apresentado na verdade, essa daí é a composição e eu coloco, portanto, em
894 votação para a verificação se os Conselheiros estão de acordo com essa proposta ou se têm
895 alguma solicitação de alteração. Tem uma proposta de alteração? Se quiser pleitear a vaga
896 também está aberta para pleitear, quer dizer, nós vamos tentar compor aqui essa Câmara Técnica
897 aqui pelo Plenário, quem quiser pleitear a vaga também pode. **O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA**
898 **SILVA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA)** – Bom dia senhores
899 Conselheiros. O que eu quero dizer é que não resta dúvida que a agricultura é o maior usuário dos
900 recursos hídricos. Por outro lado os principais cursos d'água, ou se não a maioria, ou quase a
901 totalidade nascem no campo. Então, as questões hídricas desse País passam necessariamente pela
902 agricultura. O Ministério da Agricultura se apresenta então na condição de um grande parceiro no
903 sentido de discutir, no sentido de formular e no sentido de planejar as grandes questões hídricas
904 deste País. O que nós estamos reivindicando aqui é a condição de titularidade na Câmara Técnica
905 de Ciência e Tecnologia. E nós estamos nessas circunstâncias indicando o nosso colega Lineu
906 Rodrigues, da Embrapa, dado a grande afinidade da Embrapa com os processos científicos e
907 tecnológicos, como tal ela está perfeitamente identificada com a Câmara Técnica de Ciência e
908 Tecnologia. Nós estamos reivindicando titularidade na Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia.
909 Essa é a nossa proposição. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo**
910 **do CNRH)** – Bom, o que nós estamos entendendo aqui é que o MAPA está com a suplência e ele
911 está reivindicando ser titular. Eu queria que o Ministério da Agricultura pudesse se manifestar no
912 lugar de quem que ele gostaria de pleitear a vaga. **O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES**

913 **(MAPA / EMBRAPA)** – Bom dia a todos. Então, complementando as palavras do Conselheiro
914 do Ministério da agricultura também, nós gostaríamos de, analisando a composição dessa Câmara
915 Técnica, nós achamos da importância que seria o Ministério e a Embrapa estarem participando
916 dessa Câmara, até mesmo pela capilaridade dos trabalhos, dos conhecimentos que a Embrapa já
917 tem nessa área, nós achamos que poderíamos contribuir muito, uma vaga, uma das ONGs, já que
918 eles estão com duas, ele estariam representado e também com isso a Embrapa e o Ministério da
919 Agricultura também estariam representados com uma vaga. Então essa é a proposta, Secretário.
920 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – João Clímaco,
921 claro. O João Clímaco foi citado. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério**
922 **da Justiça)** – Eu só queria um esclarecimento com relação ao objeto dessa discussão. Nós
923 estamos aqui discutindo apenas a complementação das vagas, que são essas 3 que estavam
924 disponíveis na Câmara Técnica e os membros que já estão lá efetivamente permanecerão. Seria
925 isso. Então o pleito do Ministério da Agricultura teria que ser na vaga de um desses outros que
926 estão assinalados ali em vermelho. Ok, que seria Irrigantes e organizações não governamentais,
927 que têm duas vagas. Então os outros que não estão assinalados serão mantidos porque já foram
928 empossados no início de 2009. Ok. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**
929 **(SRHU/MMA)** – Só respondendo, existem 3 vagas em aberto. As outras 14 permanecem. Quem
930 já está na Câmara hoje nós não estamos discutindo. Nós estamos discutindo o preenchimento de 3
931 vagas e temos 4 interessados. Então nós temos que definir quais dos 4, quais os 3 que vão
932 preencher as 3 vagas e qual que ficaria na suplência. A suplência seria numa eventual retirada de
933 algum outro membro, no decorrer do mandato, o suplente automaticamente ingressaria na
934 Câmara. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – Bem, é evidente
935 que eu teria que me manifestar diante dessa proposta, porque ela vai nitidamente ao desencontro
936 de toda a nossa forma de trabalhar nas Câmaras até então. E também, até por uma questão de
937 padrão de comportamento, de construção de ética de convivência que temos nas Câmaras. Eu
938 concordo 100% com as alegações do companheiro da Agricultura, de fato a agricultura tem um
939 papel importante nessa formulação de políticas, ela tem uma construção que é necessária e eu me
940 sinto, de certa forma, de um lado incomodado de ter criado, de ter obstruído a pauta em função de
941 constatação da falta de quorum, muito mais em função da ausência do setor público, na última
942 reunião me constrangeu demais ter que ter encaminhado aquilo desse jeito, mas ao mesmo tempo
943 eu acho que nós demos um passo para alterar um pouco essa visão que alguns Ministério têm de
944 fazer parte desse Conselho e por vários motivos, várias variáveis alguns adotam um
945 comportamento um pouco ausente, cômodo e até politicamente equivocado no que diz respeito a
946 ter uma atitude de construção de soberania desse Conselho. Isso, de certa forma, eu acho que nós
947 conseguimos dar um questionamento disso, porque nós que somos da sociedade civil nós
948 viajamos, nós gastamos o nosso tempo, nós somos voluntários, nós não recebemos da nossa
949 entidade apoio para vir aqui e nós temos um esforço muito grande para estar aqui. Então é
950 evidente que o agente público tem uma responsabilidade muito maior, primeiro porque ele é um
951 agente público e segundo porque é séria essa questão. Então em parte eu concordo com os
952 argumentos do pessoal da agricultura, só que eu acho que ele focou de maneira equivocada o
953 nosso segmento. O nosso segmento já é extremamente sacrificado, até para poder cumprir esse
954 mandato aqui e nós estamos levando muito a sério o nosso trabalho. Estamos participando de
955 todo o processo, discutimos todo o processo e infelizmente essa seria seriedade com que o agente
956 público do setor da agricultura tem levado em conta agora aqui nessa Plenária não foi presente na
957 discussão nas Câmaras Técnicas e na ausência verificada e no respeito à decisão da Câmara
958 Técnica. Então houve, na verdade, todo um processo que tem sido obedecido até agora. Tem sido
959 respeitado. Eu não sei se o companheiro da agricultura está olhando o nosso segmento como um
960 privilegiado ou porque está se sentindo incomodado pelo fato de ter que estar aqui para poder

961 votar e estar tendo que preencher e cumprir a função, a obrigação de agente público para com os
962 nossos impostos e estão se sentindo incomodados com o nosso pedido de vista e está tendo que
963 olhar o nosso segmento. Porque nós temos outros segmentos que poderiam ser revistos, essa
964 proposta. Eu peço que esta Plenária e aí para evitar o problema de votação por mérito e votação
965 por adendo, eu vou pedir logo, antecipar logo à mesa, que se caso houver essa atitude de não
966 atender ao mérito dos nossos argumentos, somos uma representação pequena de 2 para 58, nós
967 temos dividido a nossa representação em um no Norte e outro no Sul quando temos duas vagas,
968 quer dizer, dando qualidade à visão geográfica do País, à geopolítica dos movimentos sociais e
969 dando certamente uma contribuição rica nas Câmaras. Eu acho que todo mundo que está aqui que
970 tem realmente assiduidade e participa das Câmaras sabe como tem sido o nosso representante nas
971 Câmaras. Então não é assim uma coisa tão automática de tirar e colocar. Eu acho isso uma atitude
972 até desleal em vista de todo o esforço de ter trazido gente para cá para discutir. Você chega aqui,
973 o companheiro da Agricultura deve pensar a partir da nossa disposição de ter bloqueado a pauta
974 na última semana, olhar para frente, vamos construir juntos, vamos estar aqui à disposição do
975 MAPA no que ela poder contribuir. Agora depois de toda essa discussão chegar e tirar, até
976 mesmo para outros órgãos do setor público. Então, Secretário, eu estou logo dizendo que a minha
977 disposição é de pedir para isso retornar para a CTIL, ou então nós queremos pedir vistas, porque
978 eu também não entendo essa questão de votar por trator. Então eu peço a contribuição já de, a
979 compreensão da Plenária porque tivemos uma discussão séria sobre isso e nós não temos tempo
980 para gastar para esse tipo de prática. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário**
981 **Executivo do CNRH)** – Tem inscrito aqui mais dois Conselheiros. Eu queria pedir contribuição
982 no sentido de nós tentarmos chegar aqui de fato a um acordo, para não termos que ir à votação.
983 Aí eu peço aos companheiros que possam ajudar. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE**
984 **MENDONÇA (ONGs)** – Eu antecipadamente já pedi vista, se caso esse negócio for ficar em
985 prejuízo ao nosso segmento. **O SR. IVO MELLO (Irrigantes)** – Bom dia Secretário. Nós fomos
986 um dos beneficiados pela titularidade dessa vaga, teríamos todos os motivos iguais aos do Doutor
987 João Clímaco para estar garantindo essa vaga, porque nós somos poucos, mas dada a importância
988 da participação da Embrapa na CTCT que o setor enxerga, nós abrimos mão e colocamos então à
989 disposição para que a Embrapa participe. (Palmas) **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
990 **(Secretário Executivo do CNRH)** – Agradeço aqui o sentido despojado dos Irrigantes. Eu passo
991 aqui a palavra, portanto, ao representante da Embrapa, para ajudar aqui a contribuição porque já
992 está passada essa discussão, se de fato tiver algo a acrescentar, Conselheiro, só para a gente
993 evoluir aqui no horário. **O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES (MAPA / EMBRAPA)** – Só para
994 finalizar, agradecer ao colega e lembrar ao Conselheiro que a questão aqui não é pessoal, a
995 questão é técnica de contribuir com a sociedade brasileira. Nós temos que parar no Conselho de
996 que isso é muito importante para nós ficarmos fazendo ataque pessoal a uma coisa tão
997 importante. Aqui não é fulano “A” que vai na reunião, que não vai na reunião, aqui é a questão de
998 nós contribuirmos na área de recursos hídricos do nosso País. Eu acho, Secretário, que nós temos
999 que criar uma norma de ética talvez aqui no Conselho. (Palmas). **O SR. SILVANO SILVÉRIO**
1000 **DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Feitas as contribuições, nós terminamos essa
1001 discussão e damos por aprovado aqui a composição das Câmaras Técnicas, a Resolução,
1002 portanto, fica aprovada. Como houve consenso nós damos por certo. Mas, então, colocando em
1003 votação, com a retirada, portanto, do setor de usuários de Irrigantes e a inclusão da vaga para o
1004 Ministério da Agricultura, Embrapa como titular e mantendo a vaga da sociedade civil. Então,
1005 portanto, em votação. Irrigantes como suplente. Eu coloco em votação, aqueles que são
1006 favoráveis à Resolução, por favor, se manifestem levantando o crachá. Podem abaixar. Aqueles
1007 que são contrários, por favor, se manifestem levantando a cartela. Podem abaixar. E aqueles que
1008 se absterem, por favor, levantem a cartela. Duas abstenções e, portanto, esta Resolução está

1009 aprovada. Eu passo, portanto, agora ao artigo item 1.6, que é o item 1.5, que é a deliberação sobre
1010 a proposta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para planejamento,
1011 implantação e operação de rede nacional de monitoramento integrado, qualitativo e quantitativo
1012 de águas subterrâneas, encaminhada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Eu peço ao
1013 Conselheiro Everton Luiz de Souza, presidente da Câmara Técnica de Água Subterrâneas para
1014 apresentar a matéria num prazo de 10 minutos. **O SR. EVERTON LUIZ DE SOUZA (CTAS)** –
1015 Bom dia secretário, bom dia Márley, bom dia Plenária. É com prazer que nós estamos aqui
1016 apresentando essa proposta de Resolução, que é fruto de discussão no decorrer do ano de 2009, e
1017 veio lá do Plano Nacional de Recursos Hídricos, quando no Programa Nacional de Águas
1018 Subterrâneas contemplava uma vertente de ampliação de conhecimento hidrogeológico no nosso
1019 País. Então a Câmara Técnica, entendendo a importância do tema e a Câmara Técnica também
1020 acatando a decisão, a enquête que foi feita por este Plenário em 2008, que dava conta de que uma
1021 Resolução que tratasse de uma rede nacional de monitoramento deveria ser tema do nosso, do
1022 andamento dos nossos trabalhos no decorrer do ano de 2009. E nós conseguimos cumprir com
1023 essa tarefa, com essa proposta que foi recentemente aprovada na CTIL também num prazo de um
1024 ano com 5 reuniões, e levamos em conta também, no final de 2008, foi realizado um workshop
1025 pela Agência Nacional de Águas. Esse workshop tratou do assunto monitoramento de uma forma
1026 bastante abrangente, com mais de uma centena de técnicos reunidos aqui em Brasília, foi um
1027 trabalho exaustivo, foram dois dias de trabalho onde se pode realmente concluir da necessidade
1028 primeiro dessa minuta de Resolução, e o fruto desse workshop nos trouxe muito subsídio para
1029 nós podermos concluir de uma forma que nós entendemos como adequada essa tarefa que deve
1030 ser aí... E isso também foi acordado gradativamente no decorrer da evolução dos trabalhos, esse
1031 trabalho conjunto a ser exercido tanto pela CPRM quanto pela Agência Nacional de Águas. A
1032 ANA ficaria com esse gerenciamento e com a coordenação da rede de monitoramento nacional e
1033 a CPRM, até pela tradição que tem de monitoramento hidrológico ficaria com a parte operacional
1034 e de manutenção da rede, coisa que todos nós consideramos como importante, que não seria só o
1035 fato de se definir uma rede, de se planejar uma rede, mas também a importância que teria dessa
1036 rede ser devidamente operada, sem quebra de continuidade, coisa que nós temos observado em
1037 algumas áreas, em alguns Estados inclusive com relação ao monitoramento dos recursos hídricos
1038 superficiais. Então a proposta de Resolução foi, como eu falei anteriormente, foi aprovada na
1039 CTIL, hoje está sendo aqui apresentada para os senhores e nós fizemos uma Nota Técnica para
1040 poder orientar a necessidade que nós entendíamos dessa Resolução ser aprovada. Fizemos uma
1041 série de considerações, vocês todos têm o material com relação à Nota Técnica e em várias
1042 Resoluções do Conselho Nacional se refere à questão do monitoramento com importância, quer
1043 dizer, a 15, a 22, a 91, recente também, as Resoluções: CNRH nº 92, e a nº 396 do CONAMA
1044 também faz menção à questão do monitoramento em função da necessidade da classificação e
1045 enquadramento dos corpos d'água. Então dessa forma nós vamos apresentar aqui os artigos. Os
1046 considerando todos aqueles que vocês conhecem aí também, os mais usuais e aqueles mais
1047 necessários para nossa observação da Resolução. Com relação ao art. 1º, que é o que trata
1048 realmente de estabelecer as diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento e
1049 implantação da rede nacional de monitoramento integrado, qualitativo e quantitativo. No art. 2º,
1050 que eu me referi anteriormente, a questão do trabalho integrado entre a Agência Nacional de
1051 Águas e a CPRM, quer dizer, isso aqui foi motivo em alguns momentos de polêmica de se
1052 verificar se isso aí seria uma atribuição realmente nossa, passar para uma Resolução atribuições
1053 para duas instituições dessa forma como foi colocado nesse art. 2º. Mas isso, como eu falei
1054 anteriormente, foi fruto do entendimento entre as instituições e entre os integrantes da Câmara
1055 Técnica de Águas Subterrâneas. Então isso foi um ponto pacífico e foi se conduzir de uma
1056 maneira bem tranqüila que isso pudesse acontecer. Com relação ao art. 3º, já dando uma noção da

disposição física que esses pontos de monitoramento devem ter, privilegiando uma série de quesitos para que eles pudessem ser selecionados. No art. 4º, que a rede de monitoramento deve especificar para cada aquífero a qualidade de distribuição espacial de poços já existentes, quer dizer, a pretensão de se utilizar poços que já existem e também de se utilizar poços que devam ser construídos. Quer dizer, então nesses 3 incisos dá essa noção do que existe de necessidade ainda de pontos a serem escolhidos para monitoramento. Os parâmetros devem ser em função da CONAMA 396, e as frequências também ficam aqui, deverão ser estabelecidas para a obtenção dos dados. O art. 5º, a rede nacional deverá ser objeto das seguintes campanhas daí, como que essas campanhas devem ser desenvolvidas. Uma campanha inicial de coleta de água repetida a cada 5 anos, que analisará parâmetros selecionados através da CONAMA 396, em função da hidrogeoquímica natural da água, do uso do solo e do uso preponderante das águas subterrâneas. Uma campanha semestral que abrange pelo menos parâmetros de pH, cloretos, nitritos, nitratos, dureza total, alcalinidade total, ferro total, sólidos totais e solúveis e coliformes termotolerantes. E as campanhas de medição *in loco*, preferencialmente de forma automática para a determinação de níveis típicos da temperatura e da condutividade elétrica. As coletas deverão ser realizadas de acordo com critérios e procedimentos normatizados e as análises realizadas em laboratórios credenciados. Isso vai ser um trabalho que a CPRM vai ter que desenvolver e que ela já está desenvolvendo, inclusive com recursos do PAC. Hoje já existe um trabalho que está sendo feito pela CPRM para se aproveitar recursos oriundos do PAC de perfuração de poços e de determinação de pontos para coleta de informações para uma futura rede nacional de monitoramento. Nos casos de desconformidades, essas frequências podem ser alteradas. E também uma questão que nós colocamos com bastante importância nas discussões da Câmara Técnica, é que nesse art. 6º, que além de serem disponibilizadas no sistema nacional de informações, que nós devamos ter um boletim anual dessa rede para ser disponibilizado para a sociedade como um todo. Era isso aí, secretário. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu queria agradecer ao Conselheiro Everton pela apresentação, convidá-lo aqui para compor a mesa conosco para os esclarecimentos. Então eu abro para a discussão da Resolução, para ser feita a fala de cada Conselheiro pelo prazo de 3 minutos. Conselheiro João Clímaco inscrito. Eu peço que na fala do Conselheiro João Clímaco que aqueles que quiserem se manifestar possam levantar a cartela para nós inscrevermos. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – Eu acho que só tem que dar notícia boa aqui, não só notícias que possam desagradar alguns. E eu queria fazer um registro aqui em relação a essa proposta. E citar dois casos que mostram como, além do São Francisco, que nós vivenciamos no São Francisco, que nós chegamos a um bom término, no caso dessa Resolução. Nós estamos ainda, até porque estamos superando umas visões equivocadas de representações da sociedade civil que contaminou este Conselho e nós ficamos, às vezes, tendo que ser diferentes, mas não é diferente. Tudo que eu faço aqui a sociedade está sabendo, os meus companheiros estão sabendo e, às vezes, exigem muito mais de mim. Mas eu tenho que fazer um registro de que essa Resolução, nós participamos ativamente e tivemos uma grata satisfação de após essa construção, não temos motivo para questionar a sua essência, mas ela propiciou outra coisa: mais um exemplo de que processo de negociação, pautado no respeito político, ao papel político do outro interlocutor, ele gera uma possibilidade de negociação onde todo mundo ganha, alguém acaba perdendo alguma coisa, mas todo mundo ganha. E no ano de 2009, 2008 e 2007 nós tivemos em 2007 momentos difíceis com o pessoal do Paraná em relação à questão da água subterrânea e graças à atuação construída em cima do respeito político conquistado nós tivemos uma série de encaminhamentos no Paraná em relação à água subterrânea por causa da nossa atuação, quer dizer, uma relação de amor e ódio, mas que chegamos em acordos que possibilitaram a sociedade civil a estar mais calma, conversando com o Everton a questão de

1105 águas subterrâneas. Dando um exemplo e enfatizando como é que nosso espírito conciliador está
1106 aqui, nós fizemos em 2007 uma homenagem ao mais equilibrado e competente presidente de
1107 Câmara Técnica, foi o Simanke. Em 2008 nós elegemos, a partir da reunião do nosso segmento,
1108 elegemos a menina do Distrito Federal, mas ela ficou um pouco assustada e não veio receber o
1109 prêmio. Eu não sei o que aconteceu com a cabeça dela, ela não quis receber o prêmio. Em 2009
1110 nós fizemos uma reunião, Everton, e elegemos você como o melhor presidente de Câmara
1111 Técnica do nosso segmento, eu espero que você não se sinta incomodado ou comprometido com
1112 essa homenagem. Então eu vou aproveitar, em função desse trabalho dar uma notícia que o troféu
1113 nós vamos entregar na próxima reunião. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário**
1114 **Executivo do CNRH)** – Eu coloco em votação, tendo feito a discussão, aqueles Conselheiros que
1115 são favoráveis à Resolução apresentada aqui pelo conselheiro Everton, por favor, se manifestem
1116 levantando a cartela. Podem abaixar. Aqueles contrários, por favor, se manifestem levantando a
1117 cartela. Nenhum contrário. Abstenções, por favor, se manifestem levantando a cartela. Ok. Está
1118 aprovada por unanimidade essa Resolução (Palmas). Passamos já para a votação do item 1.6 da
1119 pauta, que é a proposta de Resolução instituindo, aprovando a proposta de instituição do Comitê
1120 da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e dá outras providências. A proposta foi encaminhada pela
1121 Secretaria-Executiva do CNRH e eu convido os Conselheiros Carlos Alencastre e a Luiza para
1122 fazerem a apresentação da matéria com tempo de 10 minutos. **O SR. CARLOS EDUARDO**
1123 **NASCIMENTO ALENCASTRE (Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo)** – Bom dia a
1124 todos. Peço desculpas por um pequeno atraso de 3 horas, mas foi um problema aéreo. E ainda
1125 bem que houve a possibilidade de inverter a pauta e nós estarmos presente aqui nesse assunto
1126 extremamente importante, que é a instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande.
1127 Nós vamos estar aqui no escopo da apresentação caracterizando a bacia hidrográfica, cronologia
1128 do processo de instalação, diagnóstico dos recursos hídricos, razões relevantes para a criação do
1129 Comitê e conclusões que ficaram a cargo da Luiza. Bom, a bacia tem uma expressiva área
1130 territorial, se localiza aqui entre São Paulo e Minas, com uma área de 143.437 km², tem 60% da
1131 área do lado mineiro e 39,8% do lado paulista, ou seja, a parte mineira, onde nós temos as
1132 maiores nascentes dos rios principais nascem em Minas. A população estimada de 2010, segundo
1133 o IBGE, é de quase 9 milhões de habitantes e aqui se inverte um pouco, a população de São Paulo
1134 está com 56,40% e a de Minas com 43,60%. É uma bacia que encerra significativa a parte da
1135 capacidade instalada de geração de energia elétrica, quase 9% da energia produzida no País,
1136 sendo 16 hidroelétricas já instaladas em funcionamento, mas o total entre PCHs e CGHs chega a
1137 71 unidades, o total. Portanto é uma bacia que tem uma aptidão para produção elétrica muito
1138 grande. O rio Grande nasce na Serra da Mantiqueira, numa cota de 1.980 m, se une ao Parnaíba
1139 dando origem ao rio Paraná na cota 300, com extensão aproximada de 1.300 km. Os principais
1140 afluentes: rio Jacaré, das Mortes, Santana, Uberaba e na margem direita rio Capivari, Verde,
1141 Sapucaí Mirim, Sapucaí Minas Gerais, Sapucaí São Paulo, Pardo, Mogi e Turvo. O único rio que
1142 nasce em São Paulo e deságua no Grande é o Turvo, de alguma significância. Os outros todos ou
1143 são totalmente mineiros ou nascem em Minas, vêm para São Paulo e deságuam no Grande. Muito
1144 bem, a cronologia do processo de articulação, nós demos início às primeiras tratativas para a
1145 formação do Comitê, para se ter uma conversa na bacia durante o terceiro encontro nacional de
1146 comitês de bacia, em 2001, portanto, um junho deste ano nós estamos fazendo 9 anos já que
1147 iniciamos essa articulação. Tivemos várias reuniões iniciais, algumas até com a presença da
1148 própria Agência Nacional de Águas daquela época, foram várias reuniões entre 2001 e 2002. Em
1149 2004 nós tivemos um encontro em Poços de Caldas, onde já com a presença de 5 Comitês
1150 mineiros e 6 Comitês paulistas, com a diretoria do IGAM, diretores dos órgãos gestores de São
1151 Paulo onde foi apresentado, digamos assim, o estado da arte da gestão dos dois Estados e duas
1152 importantes deliberações foram tomadas durante essa reunião. Primeiro a criação de um Grupo

1153 para estar fazendo a articulação na bacia e, em segundo, a contratação de um diagnóstico da
1154 bacia. Nós conversávamos entre os Comitês, mas não tínhamos um diagnóstico geral da bacia.
1155 Então a partir dessa reunião é que nós envidamos esforços para que fosse feita uma contratação
1156 de um diagnóstico para nós termos certeza dos passos que nós estávamos dando, o que existe na
1157 bacia, quais são os problemas, para nós caminharmos firmemente para a proposição do Comitê.
1158 Já em 2006 houve uma grande reunião em Poços de Caldas, com a participação intensa da ANA,
1159 onde foram feitas a apresentação de todos os Comitês lá presentes, só para adiantar que são 8
1160 Comitês do lado mineiro e 6 do lado paulista, portanto, existem 14 Comitês instalados na bacia, a
1161 bacia todinha já tem Comitê funcionando e com os seus instrumentos em funcionamento. E onde
1162 foi apresentado já uma parte desse diagnóstico que foi contratado com a participação do IPT de
1163 São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Em seguida nós tivemos, em 2008, uma segunda
1164 oficina de integração do Rio Grande, realizada em Ribeirão Preto, contou com a participação de
1165 55 pessoas, com representantes de todos os Comitês lá instalados, envolvidos, a ANA, e com o
1166 IPT aí sim apresentando já o diagnóstico concluído, já feitas todas as verificações de questões de
1167 algum possível erro que tivesse, alguma incorreção, para que nós pudéssemos trabalhar de uma
1168 forma mais técnica em cima da existência dos problemas da bacia. Em 2009, em maio de 2009,
1169 no ano passado, então os secretários de Minas Gerais e de São Paulo assinaram a deliberação
1170 conjunta que propiciou oficialmente, então os dois Estados entraram oficialmente nessa discussão
1171 e essa deliberação determinou a criação de um Grupo, criado com a participação de todos os
1172 Comitês dos órgãos gestores e das Secretarias de Estado, esse Grupo foi criado oficialmente
1173 através dessa deliberação, que tinha um cronograma de execução das tarefas daí para frente a
1174 serem promovidas no intuito de se atender à Resolução número 5, de se atender à Lei nº 9.433, de
1175 1997 Então esse Grupo, a partir dessa deliberação, começou os seus trabalhos e intensivamente
1176 executou todas as tarefas que nós tínhamos que fazer para se chegar à Plenária do CNRH do dia
1177 de hoje. Então esse Grupo se reuniu em Poços de Caldas, se reuniu em Franca aqui em junho de
1178 2009 e em agosto de 2009, e em outubro de 2009 em Ribeirão Preto o Grupo se reuniu de novo
1179 em oficina. Obviamente que haviam sub-grupos para executar certas tarefas específicas que
1180 foram todas executadas, essas reuniões são as principais. E aqui então, nessa reunião de 2009, de
1181 outubro, nós concluímos o trabalho. Nós acabamos concluindo todo esse trabalho e pudemos
1182 obter nesse trabalho, todos os Comitês instalados, os 14 Comitês instalados votaram moções de
1183 apoio à formação do Comitê do Grande, além de termos cumprido com folga todas as
1184 prerrogativas, as necessidades que a Resolução número 5 exige para a formação de um Comitê.
1185 Então aqui é praticamente a conclusão do trabalho do Grupo que culminou então no dossiê que
1186 foi encaminhado à Secretaria aqui em dezembro. Aqui está a bacia agora em detalhe com todos
1187 os seus Comitês. Os em amarelo é em São Paulo, esses aqui são de Minas. Então, como eu já
1188 adiantei, são 14 unidades de gestão em pleno funcionamento, com os seus planos de bacia, cada
1189 uma das unidades de gestão apresenta aspectos relevantes da situação dos recursos hídricos em
1190 sua área de atuação. Foram levantadas 17 situações de conflito pelo diagnóstico, aqui alguns:
1191 poluição dos corpos d'água por lançamento de efluentes, poluição difusa, elevada captação para
1192 irrigação, temos dois grandes pólos do lado de São Paulo, que é de Guaíra e de Casa Branca, são
1193 grandes pólos, conflito de uso em decorrência da geração de energia elétrica e, do lado de São
1194 Paulo, por questões de legislação já foram decretadas 8 sub-bacias como críticas, ou seja, nós não
1195 podemos mais, o órgão outorgante, a dar outorga naquelas sub-bacias porque não existe mais
1196 água para outorgar, 8 já decretadas. E 32 já na eminência de serem decretadas como críticas, não
1197 foram ainda decretadas porque é uma questão até de perna dos Comitês terem condições de estar
1198 administrando essas criticidades todas, mas já se apontou que a Lei já aponta que teria que ser
1199 decretada como crítica. Então isso é um problema intenso que nós estamos vivendo. E nós temos
1200 também a necessidade da harmonização dos procedimentos de instrumento. Lógico, em criando o

1201 Comitê, instalando o Comitê, nós vamos intensificar essa articulação iniciada, onde nós vamos
1202 estar fazendo um chamamento a todos os segmentos que participem agora da composição, nós
1203 não temos uma composição ainda do Comitê, isso é a partir de agora que vai ser feita essa
1204 discussão de que Comitês nós queremos e vamos chamar toda a sociedade de um modo geral para
1205 estar participando conosco nessa articulação. Isso é a partir de agora. Agora eu vou passar para a
1206 Luiza rapidamente, agora começa mais 10 minutos. **A SR^a. LUÍZA DE MARILAC (IGAM /**
1207 **MG)** – Então para ser bem sintética, dando continuidade, então é só para destacar a questão de
1208 como que anda o desenvolvimento da gestão de recursos hídricos na bacia, é bastante simétrico, o
1209 que nós queremos dizer com isso? São Paulo tem a legislação de 1991, Minas a de 1999. Então
1210 há todo um ritmo diferente, há uma idéia muito particularizada nesses 14 Comitês, uma idéia
1211 particularizada assim desses compartimentos que são esses 14 Comitês da bacia. Então há a
1212 necessidade do saldo de qualidade para uma visão maior que é a visão da bacia hidrográfica. Eu
1213 vou falar só as questões mais importantes, como o Carlos falou, é importante ressaltar que a bacia
1214 está coberta pelos Comitês. A questão hoje é a partir dessa aprovação, caso haja a aprovação
1215 desse Conselho dessa proposta de instituição do Grande, vamos começar a trabalhar na questão
1216 da composição desse Comitê, conforme a Resolução número 5. Há uma expectativa muito grande
1217 em função desse processo, em função desse tempo de 8, 9 anos aí de trabalho para a formação
1218 desse Comitê do Grande. Então uma expectativa grande da sociedade. Eu acho que o mais
1219 importante também de dizer é que essa criação do Comitê vai propiciar a harmonização e a
1220 implementação desses instrumentos de gestão, que como eu falei inicialmente, eles se encontram
1221 de forma simétrica numa situação, num ritmo incompatível. A questão desse Comitê vai propiciar
1222 também a efetiva governância dos recursos hídricos. Então vai propiciar a perfeita interação com
1223 todos os atores da bacia. A importância também da questão da governabilidade. Então por tudo
1224 isso que nós já falamos, há necessidade de caminhar para essa governabilidade da gestão, o que
1225 nós vemos é como importante a questão, por exemplo, do pacto de gestão. Então fortalecer
1226 também a visão da bacia hidrográfica, comunidade territorial para a implementação da política
1227 nacional. Então na nossa opinião o que está faltando também para a bacia do rio Grande é essa
1228 questão da visão sistêmica de caminhar para a bacia, a visão da bacia hidrográfica e fizemos
1229 também a questão da mobilização de todos os segmentos usuários, sociedade civil organizada,
1230 tivemos aí a adesão de 365 representantes de todos os segmentos, é bom destacar que foram os
1231 Comitês que foram a campo num trabalho árduo de conseguir essa adesão, a mobilização é uma
1232 questão que todos irão concordar que é uma mobilização inicial, a mobilização no Comitê se dá a
1233 todo o momento. Então mais para destacar esse processo inicial aí. Em poucos minutos é o que eu
1234 consegui falar. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** –
1235 Eu convido ao Carlos e à Luiza para ficarem conosco aqui. Foi falado tudo, só não foi falado da
1236 Resolução. Eu queria pedir para projetá-la aqui. A Resolução é muito simples. Ela tem um
1237 conjunto de “considerandos”, mas ela apresenta 3 artigos: primeiro, aprovar a proposta de
1238 instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. O parágrafo único que é a instituição
1239 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande será efetivado por ato do Presidente da
1240 República. Art. 2º: a União, os Estados de Minas Gerais e de São Paulo e os Comitês de Bacias
1241 instituídos no âmbito dos Estados apresentarão a este Conselho, ao término do processo de
1242 instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, pacto para a gestão integrada das
1243 águas da bacia hidrográfica do Rio Grande. E o art. 3º, que essa Resolução entra em vigor na data
1244 de sua publicação. Então eu quero colocar em discussão a Resolução. Os Conselheiros que
1245 quiserem fazer uso da palavra por 3 minutos. Rosa Mancini, depois temos outros Conselheiros
1246 inscritos, temos 3 inscrições. Na fala da Rosa nós encerramos as inscrições para discutir a
1247 matéria. **A SR^a. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH/SP)** – A minha
1248 fala não poderia ser outra a não ser apoiar a criação do Comitê do Rio Grande. Eu só queria

1249 destacar uma questão. Até agora o mérito, para nós chegarmos aqui no Conselho, o mérito foi dos
1250 Comitês, desses 14 Comitês locais que organizaram todo o processo de mobilização para que
1251 tivessem as assinaturas e os apoios de todos os seguimentos requeridos pela Resolução CNRH nº
1252 5, de 2000. Então, agora, a partir desse momento é que nós iniciamos de fato um processo para a
1253 criação, a partir do momento que for aprovado aqui no Conselho, que tivermos apoio, que nós
1254 vamos começar o processo de mobilização mais intenso da sociedade civil, dos usuários, seja do
1255 setor industrial, seja do setor de abastecimento urbano para que de fato nós consigamos criar um
1256 Comitê com uma composição adequada para gerenciar conflitos e situações positivas dessa bacia.
1257 Então, hoje, que nós temos um mosaico de instâncias gestoras, nós vamos ter pelo menos a partir,
1258 caso seja aprovada essa criação, nós vamos ter na realidade um grande maestro que vai estar
1259 dando ordem para esses 14 Comitês que estão trabalhando de maneira separada. Então, total
1260 apoio ao Comitê. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu vou ser um pouco mais rígido aqui com o tempo. Eu vou falar quando faltar um
1261 minuto e depois que eu pedir para concluir vamos de fato pedir para concluir porque estamos
1262 aqui com a perspectiva de poder terminar antes das 13h a reunião do Conselho. Nós trabalhamos
1263 para ir até às 13h e encerramos aqui as discussões e aí eu vou ser um pouco rígido aqui no tempo,
1264 porque as matérias estão relativamente tranquilas. **O SR. MARCO ANTÔNIO CAMINHA (Indústrias)** – Nós da Indústria estamos fazendo uma proposta de uma nova redação ao art. 2º,
1265 apenas com o instituto de deixar mais claro o processo de pactuação, de elaboração do pacto,
1266 inclusive acatando o que está na recomendação da ANA nº 5 de 2010. Apenas essa observação
1267 que eu queria fazer aqui no momento. Está ali na tela já o seguinte: a União, os Estados de Minas
1268 Gerais e São Paulo e os Comitês de Bacias instituídas no âmbito dos Estados deverão formalizar
1269 um pacto para a gestão integrada das águas da bacia hidrográfica do Rio Grande, previamente ao
1270 processo de instalação do Comitê por meio de celebração de um convênio para a definição de
1271 metas e do arranjo institucional das atribuições compartilhadas e principalmente da garantia de
1272 funcionamento do Comitê. E aqui, passando para o parágrafo único, a última frase que está no art
1273 2º, o pacto para a gestão integral das águas e bacias hidrográficas do Rio Grande, referido no
1274 caput, deverá ser apresentado a este Conselho ao término do processo de instalação do Comitê. **O**
1275 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Nós temos aqui o
1276 Conselheiro João Clímaco e o Conselheiro Hugo. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ**
1277 **SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – É uma proposta de adição de um novo considerando, já
1278 que hoje nós aprovamos a Resolução que trata de unidade de gestão de recursos hídricos, que
1279 seria o seguinte: considerando que a Resolução número tal, de tal, que nós ainda não a temos
1280 numerada do CNRH, define a bacia hidrográfica do rio Grande como unidade de gestão de
1281 recursos hídricos. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Se puder passar para a Raquel para ela poder redigir. **O SR. JOÃO CLÍMACO**
1282 **SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – Prezados Conselheiros, esse fato desse Conselho ter
1283 uma paridade tão anacrônica me dá muito trabalho, porque sendo somente 2, e a companheira
1284 Tereza, nós ficamos sobrecarregados, era preciso ter um equilíbrio na paridade até porque nós
1285 teríamos divergência entre o nosso segmento que nem tem o CONAMA. No CONAMA o nosso
1286 segmento está dividido, inclusive com a participação do Governo, ajudando na divisão. Aqui nós
1287 não temos esse problema, mas em compensação somos minoria e aí eu fico sobrecarregado de
1288 tanto estar aqui. Mas nós temos que nos posicionar sobre cada tema, por isso que eu peço a
1289 compreensão dos meus amigos. Em tese nós temos os Comitês como um instrumento da
1290 participação da sociedade civil. Então não existe, em princípio, uma atitude do nosso segmento
1291 contrária à fundação do Comitê, ao contrário, nós temos maior prazer de que os Comitês sejam
1292 efetivados. Contudo, nós temos visto historicamente que os Comitês de bacias têm sido
1293 implementados e até pelo próprio sistema de gestão, eles estão perdendo força política. A nossa
1294
1295
1296

1297 análise do nosso segmento é que os Comitês estão perdendo capacidade política de intervir na
1298 política. Isso está acontecendo em função de um intervencionismo do setor público, moldando
1299 uma política pública conforme visões tecnocráticas e, sobretudo, desrespeitando o princípio da
1300 participação. E aí nós temos visto que quando você cumpre todo o ritual da Resolução CNRH nº
1301 5, você de fato expressa uma vontade e essa vontade nós compartilhamos. Contudo, os aspectos
1302 subjetivos da participação social, do controle social, ficam delegados a segundo plano, levando
1303 posteriormente aos Comitês serem artificializados e, para não melhor dizer, Comitês chapa
1304 branca. Chapa branca onde as pessoas, inclusive o nosso próprio segmento às vezes não sabe nem
1305 o que está fazendo nele. Então nós estamos tendo um exemplo lá no Paranaíba que está na maior
1306 dificuldade de arrumar o nosso segmento para ter uma atitude homogênea e qualificada na
1307 representação. Então nós vemos que é preciso superar essas coisas, tirando essas visões subjetivas
1308 que nós enfrentamos e dando expressão a elas nessa Resolução. Nós não vamos ter uma atitude
1309 de rechaçamento porque nós queremos que tenha Comitê. Agora Comitê do jeito que está sendo
1310 feito, manobrado, controlado, sem autonomia, com pauta de cima para baixo, nós estamos quase
1311 que fazendo papel de figurante de uma peça de teatro mal feita. Então nós pensamos que é
1312 possível melhorar essa Resolução, Secretário, salvo melhor juízo ou melhor proposta, de nós
1313 colocarmos aí no encaminhamento da proposta, pode ser até que não precise ser na Resolução,
1314 mas no próprio encaminhamento dessa Plenária, que nós façamos uma recomposição dessa
1315 mobilização, que ela é artificial e tenha aspectos sociais. Para você ter uma idéia, nós vimos um
1316 relatório, tem mais ou menos 50 entidades de organizações civis. Nós podemos, no mínimo, 100
1317 entidades se posicionarem, participarem de maneira conseqüente e qualificada desse processo,
1318 não ser uma coisa de catar declaração. Por isso, Rosa, eu com todo o respeito que eu tenho com o
1319 pessoal de São Paulo, até porque eu acho que São Paulo não pode ser penalizado por questões de
1320 insuficiência de outros Estados. São Paulo avança, Minas avança, com as suas características
1321 diferentes. Eu peço ao senhor secretário para ter um pouco de compreensão. Então eu vou pedir à
1322 Plenária para considerar que dentro desse pressuposto que eu coloquei, para nós superarmos esse
1323 artificialismo de Comitê chapa branca, que vai ser esse se nós não fizermos isso, é que nós
1324 tenhamos em algum momento ou constando nessa Resolução, ou no próprio encaminhamento
1325 dessa Plenária um reagrupamento através de um projeto, de um evento, de um seminário da bacia
1326 contemplando o nosso segmento, consultando todo o pessoal da sociedade civil, porque não são
1327 só esses 50, tem mais companheiros que estão podendo traçar estratégias. Então se isso não for
1328 uma coisa que seja acatada, veja bem, eu não estou contra a Resolução, eu vou pedir para nós
1329 retornarmos a essa Resolução para que nós fazermos essa recomposição e colocarmos como
1330 adendo da Resolução. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** –
1331 Fecharam as inscrições. Eu peço que o Conselheiro João Clímaco possa, se tiver
1332 alguma proposta de redação, possa encaminhar para a Raquel no sentido de fazer alguma
1333 alteração. A Conselheira Rosa está inscrita no sentido de contribuir. **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH/SP)** –
1334 Bastaria constar em ata que nós nos comprometemos, a Cleide que está assumindo a presidência dessa fase de transição, e eu na
1335 qualidade de Secretaria-Executiva, nós nos comprometemos aqui, frente a todos, a organizar de
1336 fato um grande processo de mobilização e que congregue não só a Sociedade Civil como todos os
1337 usuários possíveis e organizações dos Estados e municípios dessa bacia para que de fato quando
1338 nós apresentemos aqui a proposta final de criação do Comitê, de instalação do Comitê, nós
1339 tenhamos de fato uma representação forte da sociedade como um todo. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** –
1340 Eu vou passar então para o Conselheiro Carlos e para a Luiza, para que a simetria seja cumprida, mas com relativo
1341 equilíbrio. Então talvez que o Carlos falasse um pouco menos e a Luiza um pouco mais para
1342 compensar a fala inicial. **O SR. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE**

(**Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo**) – A proposta da Indústria, eu acho que não há problema, eu só fico um pouco receoso da palavra “convênio”, porque isso requer você ter um trabalho com as entidades e eu não sei como isso poderia ser feito, se nós podemos aqui votar a questão desse convênio. Nós estamos empenhados em tocar adiante e talvez não precise de um convênio, nós estamos querendo que esse pacto seja realmente abrangente e contemple as aspirações de todos os seguimentos. Quanto à questão que o Hugo coloca, se não me engano, a bacia do Grande já é uma Unidade de Gestão, conforme a proposta de resolução das UGRHs, aprovada anteriormente. Não teria problema nenhum. **A SR^a. LUÍZA DE MARILAC (IGAM / MG)** – Só para fazer uma informação, para destacar aqui que é uma iniciativa da FIEMG, inclusive assim, vai muito ao encontro do que o João Clímaco fala e mostrando assim que Minas está à frente também. Então que houve uma iniciativa da FIEMG e nós fizemos uma mobilização na semana passada para divulgar a informação e disseminar essa informação sobre a formação do Grande, como que vai ser, como que foi o processo. Então foram duas reuniões, uma em Pouso Alegre, outra em Uberaba. Então foi uma informação da própria FIEMG, com apoio também do IGAM, aos usuários ali daquela bacia. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu estou vendo o seguinte: tem concordância, foi feita uma proposta pela Rosa Mancini de consideração da proposta do Conselheiro João Clímaco, eu queria inicialmente que nós fizéssemos já um processo de análise do texto base da Resolução. E, portanto, se tiver de acordo com o texto base nós passamos a avaliar as considerações adicionais. Tem aqui uma proposta de encaminhamento feita pelo Conselheiro João Clímaco de ampliar essa discussão, esse debate com a sociedade no sentido de melhorar e fortalecer a participação da sociedade civil, num evento específico para isso, que pelo que eu estou entendendo já está saindo o compromisso da reunião do Conselho com o segmento da sociedade civil. Eu estou entendendo que isso aqui talvez corresponda ao seu pleito e nós façamos constar em ata, inclusive esse pleito. Então, portanto eu acho que nós podemos evoluir para fazer uma avaliação do mérito do texto base. Em tendo a aprovação, nós votamos as propostas de destaques. Ok? Então aqueles que são favoráveis ao texto base apresentado, por favor, se manifestem levantando a cartela. Aqueles contrários, por favor, se manifestem levantando a cartela. Nenhum contrário. Aqueles que se absterem, por favor, se manifestem levantando a cartela. Temos uma abstenção. Então o texto base está aprovado. Eu passo então, portanto, à discussão dos destaques que são dois destaques, um nos considerandos, a proposta do Conselheiro Hugo, que é o considerando incluindo a Resolução aprovada no dia de hoje. Deve estar aqui já redigida. Ok. É o considerando que está aqui apresentado eu, portanto, coloco em discussão, em votação este considerando, aqueles que são favoráveis, por favor, se manifestem levantando a cartela. Permaneçam levantados, por favor. Aqueles contrários, por favor, se manifestem levantando a cartela. Nenhum contrário. Os que se absterem, por favor, se manifestem levantando a cartela. Temos 4 abstenções. Portanto está aprovado o considerando. Eu passo para a votação da alteração do art. 2º, é isso? Você pode ler, por favor? Já está aqui. O art. 2º passa a ficar redigido da seguinte forma: a União, os Estados de Minas Gerais e de São Paulo e os Comitês de Bacias instituídos no âmbito dos Estados deverão formalizar um pacto para a gestão integrada das águas da bacia hidrográfica do rio Grande, previamente ao processo de instalação do Comitê por meio de celebração de um convênio para a definição de metas, do arranjo institucional, das atribuições compartilhadas e principalmente da garantia de funcionalidade do Comitê. E aí inclui um parágrafo único, que é: o pacto para a gestão integrada das águas da bacia hidrográfica do rio Grande, referido no caput, deverá ser apresentado a este Conselho ao término do processo de instalação do Comitê integrado da bacia hidrográficas do rio Grande. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Pelo que eu entendi, parece que não haveria oposição com relação à proposta da indústria. Eu só perguntaria ao representante da indústria se haveria algum problema de trocar

convênio por alguma coisa mais ampla, tipo acordo ou instrumento. Porque convênio, juridicamente, tem um significativo bem específico, e não seria adequado aqui nesse caso. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – A proposta do Conselheiro Hugo eu acho que não altera o sentido, no sentido de mudar a palavra convênio para instrumento. Então ficaria: por meio de celebração de um instrumento para a definição de metas, do arranjo. Acordo? Celebração de um acordo. Eu consulto a Indústria se está de acordo com acordo. Estando de acordo com acordo nós colocamos em votação a alteração do art. 2º. Eu vou fazer o encaminhamento para a redação dessa proposta como alteração da proposta contra a manutenção da redação original. Então aqueles que são favoráveis à redação alterada em função da proposta da Indústria, por favor, se manifestem levantando as cartelas. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Nome do comitê: Comitê da bacia hidrográfica do rio Grande, é isso? Eu pergunto à Indústria se tem acordo com essa proposta de exclusão da palavra integração, pode ser? Então está aceita a sugestão. Mantendo então a votação, a proposta é: quem é favorável à alteração da redação do art. 2º, com a redação completa apresentada com as alterações sugeridas, por favor, se manifestem levantando o crachá. Aqueles que são contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Nenhum voto contrário. Aqueles que se absterem, por favor, se manifestem levantando o crachá. Uma abstenção, portanto está aprovada. Nessas circunstâncias está aprovada a instalação do comitê do rio Grande. Parabéns ao comitê do rio Grande (Palmas). Pessoal, essa reunião de fato foi uma reunião, está sendo uma reunião bastante produtiva. Eu passo então, portanto, à apreciação da moção, item 2.1 da pauta, e peço ao Rodrigo que faça aqui a apresentação, não no prazo de 10 minutos, porque é uma proposta de Moção bastante trivial, e que talvez no prazo de 5 minutos para ajudar aqui com o tempo. **O SR. RODRIGO SPEZIALI (SRHU/MMA)** – É bem rápido e objetivo, para nós finalizarmos os trabalhos de hoje. Na realidade é uma proposta de moção que foi discutida no âmbito da Câmara Técnica de cobrança e apresentada aqui ao Plenário que recomenda a rejeição do Projeto de Lei da Câmara Federal nº 315, de 2009, em tramitação no Senado Federal, que reduz o percentual da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, se for destinadas aos Estados. O objetivo desse Projeto de Lei é mudar a forma como os recursos da compensação financeira do setor elétrico é distribuída. Hoje a distribuição já é vinculada 10% à União, 45% aos Estados e 45% aos municípios. A proposta que está sendo apresentada é exatamente retirar 20% da destinação aos Estados. Nós estamos propondo que se mantenha esse percentual, até porque esse é o recurso destinado pelos Estados aos setores de recursos hídricos. Essa avaliação nossa decorre basicamente de uma discussão elaborada pela Agência Nacional de Águas na pessoa do Patrick que no âmbito da Câmara trouxe alguns estudos sobre os fundos estaduais, como que foi feita a elaboração e a alocação dos recursos e identificamos exatamente essa proposta. Então, a ementa altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 3 de março de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal de 1991 que trata da bacia pertencente aos Estados e municípios do produto da compensação financeira. Como eu estava falando o Projeto de Lei propõe a redução de 45 para 25% do recurso destinado aos Estados e incrementando a participação dos municípios de 45 a 65%. A percepção é que, na realidade, isso será um problema para o setor, uma vez que os municípios não alocam efetivamente os recursos para a área de recursos hídricos ou para o setor de recursos hídricos. Então os Estados, nós temos essa vinculação de uma maneira geral. Recomenda-se o que o percentual de recursos destinados aos Estados seja mantido e seja incentivado, formalizado sob vinculação aos fundos estaduais de recursos hídricos. Então, além de tudo ainda tem a idéia de sugerir a vinculação. Então seria essa a moção apresentada. Obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Bom. Obrigado Rodrigo pela contribuição do tempo. Eu queria colocar em discussão. Eu peço mais uma vez desculpas, eu falei isso no início, apesar de nós termos tido

toda a celeridade para que o Ministro fizesse o encaminhamento *ad referendum* do Plenário, o Ministro concordou, mas em função da transição nós não pudemos fazer esse encaminhamento, então, portanto, eu peço desculpas ao plenário por não ter conseguido como secretário encaminhar o indicativo do Plenário ainda sem quorum na reunião passada. Mas eu coloco então em discussão essa matéria, aqueles que queiram se manifestar, por favor, se manifestem. Temos inscrito o Conselheiro João Clímaco, o Wilson Azevedo para fazerem uso da palavra. Por favor, eu pediria a contribuição para de fato ficarmos aí nos três minutos, eu falo faltando um minuto e depois eu peço para concluir. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** – Algumas considerações que eu faço aqui, secretário, eu faço questão, muitas delas eu faço questão que constem em ata porque elas dizem respeito a uma cultura que nós estamos tentando melhorar, uma cultura de gestão do Conselho Nacional que infelizmente o nosso segmento é o mais prejudicado. Essa Resolução é demonstrativa a trancos e barrancos do compasso que nós estamos andando no que diz respeito à atuação e à regulamentação e à tomada de decisão sobre a questão de gestão de recursos hídricos no Brasil. Quando eu falo nós, eu estou falando deste Conselho. O Congresso Nacional, se você puxar na internet, já tem uma pauta extensa de regulamentação da Lei nº 9.433, de 1997, o Sr. mesmo já me encontrou lá no Congresso, eu agora estou gastando o meu tempo também no Congresso porque eu já vi, até pela forma de conduta que está tendo aqui, que está tendo uma proposta de mudança do regimento do CNRH dentro do Congresso Nacional e eu estou lá acompanhando, porque aqui eu sou tratorado, ninguém negocia nada. Então, como o Congresso é a instância maior de colegiado de gestão das políticas públicas de todo o País, eu graças a Deus estou encontrando Deputados que estão ouvindo o nosso pleito e de repente nós podemos votar uma coisa aqui e o Congresso Nacional votar outro Regimento, porque tem três coisas nesse Regimento aqui que são totalmente ilegais. Então eu acho que isso aqui, essa Resolução do Congresso Nacional é fruto dessa nossa construção com alguns equívocos que está permitindo que o Congresso Nacional vá na frente. E confesso ao Sr., que eu pessoalmente não teria objeções de que os municípios participassem dessa cultura de gestão de recursos de hídricos de alguma maneira. Evidentemente que agora eu não vou entrar no mérito dessa confusão que vai ser gerada pelo fato de nós não aprovarmos isso e ele aprovar, mas eu quero dizer ao senhor que isso aí é uma demonstração clara que este Conselho tem que ter uma atitude politicamente de tomada de decisão para cumprir a sua função com a responsabilidade do setor público bem evidente, que o art. 35 da Constituição fala: ao agente público cabe respeitar rigidamente a Lei. Nós estamos aprovando coisas aqui que são ilegais e nós já temos 3 ações judiciais que o nosso segmento está tendo que entrar porque nós não estamos concordando, não foi negociado conosco aqui. Então o agente público está compactuando com isso e isso é ilegal. Então nós temos que ter cuidado e isso serve de lição para nós. Eu pessoalmente sou a favor que os municípios participem do processo, não vou alterar isso, mas quero que o meu depoimento, a minha preocupação reflita que no próximo Governo, que eu já estou trabalhando com o próximo Governo, nós tenhamos realmente um Conselho que faça tomada de decisão responsável sem cometer ilegalidades como nós estamos vendo aqui. **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo)** – A minha sugestão é apenas de redação. Eu acho que a redação da moção teria que ser o seguinte: aprovar moção dirigida ao presidente do Senado Federal contrária à aprovação do Projeto de Lei. Porque eu acho que do jeito que estará redigida, está pouco clara. **O SR. VICENTE ANDREU (MMA / ANA)** – Boa tarde a todos. Evidentemente somos favoráveis a essa moção, até sugerimos o encaminhamento na reunião passada e temos no âmbito da ANA procurado uma agenda com aqueles que tenham um papel importante na tramitação desse projeto no Senado no sentido de demonstrar os nossos argumentos para que ele não seja aprovado. Então a informação que nós temos é que houve apenas uma conveniência no prosseguimento desse

projeto na Comissão, me parece que de infra-estrutura presidida pelo Senador Wellington Salgado, naquela oportunidade e agora ela está indo para a Comissão de, já está na Comissão de Constituição e Justiça, com um pedido, inclusive de que haja também uma manifestação a esse respeito da Comissão do Meio Ambiente, presidida pelo Senador Renato Casa Grande. Então somos favoráveis, eu estou com uma agenda, não consegui ainda montar com o presidente da Comissão que é o Senador Artur Virgílio, para que nós também apresentemos os nossos argumentos contrários. Eu queria apenas acrescentar de que aqui não se trata de uma política de inclusão ou não dos municípios na gestão de recursos hídricos, porque obviamente todos nós somos favoráveis, mas sim na constatação real de que hoje dos 640 municípios que recebem esse recurso, praticamente nenhum tem uma política voltada para a gestão de recursos hídricos e isso no final é apenas caixa para a execução das políticas municipais. Quer dizer, não tem nada a ver com a política de recursos hídricos. O segundo argumento em verídico dizendo que nós estamos contrapondo os Estados com os municípios, o que também não é verdade. Você tem a grande maioria dos municípios no Brasil, onde os Estados têm alguma participação no fundo, eles recebem dinheiro, recursos dos Estados através dos fundos estaduais de recursos hídricos, é o caso, por exemplo, de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. E a maioria desses municípios que só têm o recurso proveniente através do fundo estadual de recursos hídricos vai ter a sua participação diminuída. Então na verdade não é município contra estado, é município contra município e nós defendemos uma política de fortalecimento do sistema e não tem você destinar mais recursos a um conjunto que municípios que não tem adotado essa política de uma forma geral. E por último eu queria só dizer o seguinte: nós estamos defendendo a manutenção dessa proposta, mas a legislação pode eventualmente mudar no futuro. Por exemplo, nós estamos abrindo uma discussão a respeito da oportunidade no bioma Amazônia, onde as grandes usinas hidroelétricas do Brasil serão construídas no próximo período, se forem, de que você tem um processo de discussão com essas regiões de forma diferenciada. Exemplo, para ser muito rápido: a contribuição hoje é destinada aos Estados, municípios na proporção e depois para o Ministério, Ciência e Tecnologia e tudo mais. Pois bem, tecnicamente hoje você vai ter uma grande parte de áreas inundadas que elas são áreas indígenas ou unidades de conservação de proteção integral da União, portanto tecnicamente não são territórios nem do município, nem dos Estados. Então poderia haver no futuro, independentemente dessa defesa da situação no *status cor*, você tem no futuro essa contribuição não destinada aos Estados ou aos municípios na parcela proporcional às áreas inundadas ou de áreas indígenas ou de unidades de conservação para que você tenha recursos destinados exclusivamente à comunidade ou àquela área fomentando o turismo, garantindo a sua manutenção. São idéias que estão em curso, eu apresento aqui para este Plenário não como idéia a ser debatida, mas no sentido de que nós estamos defendendo uma situação atual, mas nada impede que no futuro nós possamos discutir o aprimoramento em relação à aplicação desses recursos. Não é o caso da proposta do PL nº 315, de 2009. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Nós temos, portanto, aqui já condições, eu vou colocar então em votação a proposta. O Márley está inscrito também. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (MMA/SRHU)** – A primeira parte da proposta do Conselheiro Wilson Azevedo, que não é ponderação, Wilson, pelo seguinte: por que a redação diz que é dirigida ao Senado Federal? Porque o Projeto de Lei vai ser votado por todos os Senadores. Se nós fizemos uma alteração para o presidente, quer dizer, além de nós correremos o risco de não chegar ao conhecimento de todos os Senadores, nós ficaríamos com uma certa impropriedade, quer dizer, quem vota é a Casa, é o Senado, não é o presidente. É uma ponderação que eu queria fazer, se você assim entender, concordar, de nós, nessa primeira parte, voltar com a redação original, de dirigida ao Senado Federal, conforme nós discutirmos lá na CTIL. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Tem

1537 concordância com a proposta? Manter a sua proposta, mantendo aí contrária à aprovação do
1538 Projeto de Lei, mas a proposta de aprovar a moção dirigida ao Senado Federal, o que não impede
1539 de enviar também para o Presidente do Senado. **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO**
1540 **(Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo)** – A minha ponderação é no
1541 seguinte, quando você põe ao Senado pode acabar na mesa de uma secretária. Eu estou só
1542 ponderando. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** –
1543 Aos Senadores contempla a proposta? **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e**
1544 **Usuários de Água para o Lazer e Turismo)** – Se for do entendimento da Plenária, tudo bem. **O**
1545 **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Aos Senadores
1546 da República. Então, vamos votar essa Moção, aqueles que são favoráveis ao texto base, por
1547 favor, se manifestem levantando o crachá. Aqueles que são contrários, por favor, se manifestem
1548 levantando o crachá. Um voto contrário. Aqueles que se abstêm, por favor, se manifestem
1549 levantando o crachá. Nenhuma abstenção. Então está aprovado o texto base. Eu queria agora
1550 fazer o destaque feito pelo Conselheiro Wilson, alterando o encaminhamento da moção que fica
1551 com a seguinte redação: aprovar a moção dirigida aos Senadores da República, contrária à
1552 aprovação do Projeto de Lei e aí permanece todo o texto ali que está apresentado. Então aqueles
1553 que são favoráveis à mudança da alteração, por favor, se manifestem levantando o crachá.
1554 Aqueles que são contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Um voto contrário.
1555 Aqueles que se abstêm, por favor, se manifestem levantando o crachá. 3 abstenções. Então está
1556 aprovada também essa Resolução com essas alterações. Bom, não está terminado ainda porque
1557 tem uma fase final, mas eu queria inicialmente ir encaminhando para o final, dizer que nós só
1558 temos aqui os informes e o encerramento e que nós tivemos aqui uma votação bastante eficaz. Eu
1559 passo aos então **Informes**. Eu queria aqui fazer alguns informes e abrir para o Plenário para os
1560 informes que possam ser feitos pelos Conselheiros. Primeiro informar os resultados da pré-
1561 conferência nacional de águas, no dia 23 até o dia 25 de março passado, na semana do dia
1562 mundial da água. Nós tivemos uma Pré-Conáguas bastante prestigiada, foi uma representação que
1563 contou no dia da abertura com quase 400 pessoas do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, o
1564 que é de fato um grande sucesso, porque as pessoas que ali se apresentaram foram pessoas que
1565 fazem parte, atores do Sistema de Recursos Hídricos, Comitês de bacias, usuários, órgãos
1566 públicos, toda a representatividade do Sistema de Recursos Hídricos estava ali presente e nós
1567 tivemos a possibilidade de ter a sinalização para uma Conferência das Águas a se realizar muito
1568 provavelmente no ano de 2011. Este Conselho, esse plenário apreciou os termos da pré-
1569 conferência e os resultados vão ser submetidos aos Conselheiros, ainda na próxima reunião nós
1570 esperamos ter a possibilidade de poder fazer a internalização dessa discussão no âmbito do
1571 Conselho, para que seja recepcionada à CONÁGUAS por este Plenário. Mas nós tivemos aí um
1572 conjunto de diretrizes, muita discussão sobre o sistema de recursos hídricos do ponto de vista da
1573 sua representatividade, necessidade de um processo maior de discussão com a sociedade, quer
1574 dizer, foi um conjunto de contribuições que de fato não podem se perder, não devem se perder. E
1575 a idéia é que nós consigamos trazer essa discussão na próxima reunião do Plenário para dar
1576 segmento para que esse Plenário também possa internalizar a Conferência Nacional de Águas que
1577 vai acontecer, que pode ser de fato um ponto alto. Então eu queria só registrar e compartilhar com
1578 os Conselheiros, nós vamos fazer chegar aos Conselheiros esse documento que é uma avaliação
1579 inicial da Pré-Conáguas, nós vamos fazer chegar aos Conselheiros esse documento que
1580 sistematiza muito apropriadamente o que foi o resultado dessa pré-conferência e foram dois dias
1581 de debate muito acirrado, nós tivemos a presença permanente de todas as pessoas que
1582 participaram desde o início da pré-conferência, o que nos permite vislumbrar que numa próxima,
1583 a primeira Conferência das Águas no Brasil pode de fato se coroar de êxito, o que permite
1584 depreender que de fato o sistema continua democrático, participativo, é claro, precisam ser feitas

1585 as correções, mas isso não impede e não desvaloriza o mérito desse sistema de recursos hídricos
1586 no Brasil. É o primeiro informe que eu gostaria de fazer aqui e registrar, dizer também que nós
1587 recebemos algumas contribuições e eu peço à Raquel para projetar a tabela, nós pedimos na
1588 reunião do Conselho passada para que os Conselheiros se manifestassem para participar das
1589 oficinas regionais. Nós recebemos algumas contribuições, mas ainda falta receber as
1590 contribuições com aquele registro feito, quer dizer, vai ser possível fazer o pagamento e a
1591 participação dos Conselheiros que já participaram na Plenária do Conselho que são remunerados
1592 as suas participações, pagamento de viagem, passagem e despesas, mas nós precisamos ter aqui
1593 ainda o preenchimento dos Conselheiros para participar desse processo. Vão ser 12 seminários
1594 regionais, nós tivemos na segunda-feira aqui uma reunião muito interessante, o Marco Neves me
1595 disse que nós conseguimos discutir 6 reuniões regionais com os membros que fazem parte
1596 daquele Comitê regional. Já estão bem encaminhadas essas reuniões regionais e elas vão
1597 acontecer aí com a contribuição dos órgãos de recursos hídricos, nós estamos indo agora à
1598 Fortaleza acompanhar aqui o fórum de gestores de águas para podermos debater um pouco mais o
1599 Plano Nacional de Recursos Hídricos, com a visão dos órgãos de recursos hídricos, já fizemos
1600 essa discussão com o fórum de Comitês de Bacias e nós queremos discutir com o fórum de
1601 órgãos gestores de águas para que os gestores de águas possam também contribuir com a revisão
1602 do plano na visão desses gestores, dos órgãos gestores de água no Brasil. Então eu só peço aqui,
1603 nós não vamos poder fazer isso agora, mas aproveitar que o dia de hoje, que nós estamos
1604 terminando a reunião um pouco mais cedo, mas para que os Conselheiros possam de fato assumir
1605 essas reuniões regionais com o braço estendido do nosso Conselho nesses Comitês regionais,
1606 porque vai dar uma boa perspectiva, discussão desse tema que é a revisão do Plano Nacional de
1607 Recursos Hídricos. Então eu peço a contribuição, aqueles Conselheiros que queiram participar.
1608 Parece que nós tínhamos até o dia de ontem, somente o representante do Ministério do
1609 Planejamento indicado aqui para participar. Já tem mais? Então eu peço que os Conselheiros
1610 possam de fato se colocar aqui representando para nós termos, compartilhar com vocês esses
1611 seminários regionais aqui para que vocês possam acompanhar o processo melhor, esse processo
1612 de discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Bom, é isso que eu teria para falar. Eu
1613 quero abrir, portanto, os informes do Plenário. Tem aqui o Ivo Mello, que está inscrito, o
1614 Conselheiro João Clímaco. Na fala do Conselheiro Ivo Mello eu encerro aqui, o Conselheiro
1615 Marco Neves também está inscrito. Eu pediria para as pessoas não saírem, por favor, para nós
1616 terminarmos essa reunião em alto nível, porque de fato é uma reunião importante, para nós não
1617 dispersarmos. **O SR. IVO MELLO (Irrigantes)** – Eu queria informar aos Conselheiros, ao
1618 Conselho que nós estaremos participando amanhã de uma audiência pública convocada pelo
1619 Ministério Público Federal, cujo o objetivo é a instalação dos instrumentos de gestão na bacia
1620 hidrográfica do rio Uruguai. Nós não temos idéia e noção do que se trata, mas vamos estar
1621 presente nessa convocação, eu tenho certeza que os órgãos gestores pelo menos, pela informação
1622 que nós temos, tanto a Secretaria e a ANA foram convocadas também para essa audiência
1623 pública. E vamos estar participando e depois trazendo a informação do que a promotora que está
1624 nos chamando lá, que demandas ela tem. Então era só essa a informação que eu trago aqui. Muito
1625 obrigado e parabéns pela reunião. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA**
1626 **(ONGs)** – Eu queria cumprimentar o Ivo pela posse, pela eleição no Comitê de Bacias lá do Rio
1627 Grande do Sul. O Ivo foi um dos fundadores da nossa entidade em 2001 e hoje ele está no
1628 segmento irrigantes, mas sempre conta com o nosso carinho e respeito pelo trabalho que ele faz.
1629 Eu queria dar um informe a posteriori, secretário. Nós tivemos agora no Paraná, no dia 25 a 27 de
1630 março, o 5º Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão das Bacias Hidrográficas, que reúne as
1631 entidades que participam do nosso coletivo e que nos elege para estar aqui e nos dá sustentação
1632 política e puxa a minha orelha quando eu sou muito bonzinho. Então quanto eu não atuo de

maneira mais afirmativa em nome do nosso segmento. Então esse Fórum se reuniu lá, secretário, e tivemos várias proposições que vão nortear o nosso comportamento político aqui. Então eu queria dizer que política não se faz em termos pessoais. Esse tempo da nossa representação já passou, nós temos um compromisso com esse fórum, com esse momento, dando essa informação ao senhor. Eu quero dizer que em cima desses postulados que foram decididos no nosso encontro, que nós vamos atuar doravante no Conselho. Nos dois anos e meio que faltam, inclusive junto com o nosso presidente da ANA que também tem mais dois anos e meio, passa um Governo e vem outro e nós estamos tentando trabalhar assim. Eu quero registrar também, infelizmente, a ausência da nossa Secretaria do Ministério do Meio Ambiente no nosso evento, foi uma decisão política equivocada, foi um debate de alto nível e sentimos bastante essa indiferença política ao nosso ver da não participação desse Conselho no nosso evento. Mas nós estamos tranquilos porque a nossa meta foi atingida. Eu quero propor ao Secretário para avaliar se essa questão da participação dos Conselheiros, porque o segmento da sociedade civil é muito multifacetado, tem os usuários, segundo a Lei. Então eu acho que ele é multifacetado no que diz a associação de ensino e pesquisa, então como que seria esse apoio a esse segmento que eu vou ter que disputar com outro segmento, eu não vejo isso como razoável. E segundo é que nós vamos fazer eventos paralelos e lamento não ter a participação desse Ministério no nosso evento porque não queríamos associar isso ao nosso evento que vamos haver por regiões hidrográficas nessas épocas. Então eu acho que foi uma atitude politicamente infeliz do secretário ter chegado e não ter participado desse momento. **O SR. MARCO JOSE DE MELO NEVES (MMA/SRHU)** – É só ampliando um pouco a informação quanto a revisão do plano e o debate regional, o foco desse debate regional é bastante estratégico, em termos de priorização de ações e tal. Então o que nós estamos fazemos é um convite ao Conselho, a abertura da possibilidade dos Conselheiros, ou suas indicações, estarem participando do debate só não no âmbito deliberativo do processo, que é este Conselho Nacional que aprova o plano, mas também do debate, no transcorrer do processo de revisão do plano. Então o que está se apresentando é que essas vagas sejam preenchidas por Conselheiros ou por suas indicações, o que nos chegou até o momento foram essas que estão projetada aí. Lembrando também que, vamos supor que num determinado segmento, como o segmento aqui “usuários”, algum outro representação de usuários tem interesse também de participar na região hidrográfica, vamos supor aqui, do Uruguai? Que já tem ali saneamento e irrigantes. Eventualmente se tiver interesse, a minha proposta ao CNRH é que abra essa participação para ampliar o debate, principalmente esse acompanhamento por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então essas são as propostas que foram enviadas até o dia 9, conforme foi solicitado e apresentado aqui ao CNRH. Mas nada, nós ampliaríamos aí até o dia 15, a minha proposta, para mandarem as indicações, hoje eu estou aí o dia todo, podem me procurar também para o preenchimento dessas vagas que ainda estão em aberto e que, o meu apelo é que o Conselho esteja presente, não só no processo deliberativo do plano, mas também nos debates do Plano Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito regional. **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo)** – A minha fala eu acho que perdeu até o sentido depois que o Marcos Neves falou. É que eu já tinha pedido para me colocar como no segmento usuários de pescadores e usuários de recursos hídricos para lazer e turismo nas plenárias do Araguaia e Tocantins e do Paraguai e vou verificar se consigo mais representantes do meu segmento para participar das demais Plenárias. Então informando oportunamente. **O SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (CERH/MT)** – Só para lembrar que dias 6 e 7 nós teremos em Belo Horizonte a reunião do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores. Então é muito importante para o fortalecimento do Fórum. Obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu queria então, antes de encerrar, informar a vocês que o Márley, o nosso gerente aqui do Conselho Nacional de

1681 Recursos Hídricos, ele está nos deixando. Ele está, por uma questão pessoal, uma proposta de
1682 trabalho melhor, ele está aqui encerrando, é a última reunião do Conselho que ele participa, eu
1683 queria abrir aqui ao Márley para uma fala também, uma saudação. Eu queria agradecer ao Márley
1684 em nome de todo o CNRH, a contribuição que ele deu ao Conselho, que não foi pouca. O Márley
1685 está conosco desde 2003, e de fato ele pode se considerar como serviço prestado ao SINGREH e
1686 eu queria lhe agradecer tanto como Secretário, como também como dirigente aqui do CNRH e
1687 lhe desejar boa sorte também aí nos próximos momentos da sua vida. Vou abrir aqui para você,
1688 uns dois minutinhos para você também poder falar. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE**
1689 **MENDONÇA (MMA/SRHU)** – Obrigado Secretário, meio de improviso, eu nem tinha
1690 preparado nada, nem pensado nesse momento. Mas na verdade eu queria aproveitar esse
1691 momento para fazer uma série de agradecimentos. Eu queria primeiro agradecer a todos os
1692 Secretários, todos os Ministros com quem trabalhei pela oportunidade de ter trabalhado mais de 7
1693 anos no Ministério, eu disse isso na CTIL na semana passada, é um aprendizado incomparável o
1694 trabalho no Ministério, o trabalho no Conselho, o trabalho nas Câmaras Técnicas, não há nada no
1695 mundo que pague isso, realmente quem tem a oportunidades sabe disso, sabe o proveito que tem,
1696 que existe essa convivência com várias pessoas, com vários tipos de formações, com vários tipos
1697 de opinião. Então eu queria muito agradecer a confiança que eu sempre tive de todos os meus
1698 superiores nesse tempo todo. Agradecer aos meus colegas de Ministério, e todos os setores que eu
1699 trabalhei aqui na Secretaria e por último, aos meus colegas da Gerência de Apoio ao Conselho,
1700 por todo o apoio que sempre me derem, por sempre fazendo críticas construtivas no momento
1701 certo e a todos, especialmente agradecer a todos aqui do CNRH, todos do Plenário, a todos das
1702 Câmaras Técnicas, eu tive a oportunidade de presidir a CTAP e agora mais recentemente até o
1703 final desse mês a CTIL, realmente eu me sinto um privilegiado de ter tido a oportunidade de estar
1704 convivendo com vocês todos nesse período de mais de 7 anos. Eu queria dizer que eu continuo na
1705 área, saio com o coração muito apertado porque eu gosto muito do que eu faço, realmente eu faço
1706 acertando ou errando, mas sempre querendo acertar, sempre faço com muita paixão mesmo. Eu
1707 gosto muito, um carinho muito especial deste Conselho, eu acredito muito neste Conselho, o
1708 papel que tem na política de recursos hídricos do País. Então eu saio com o coração apertado,
1709 mas eu continuo na área, nós vamos estar eventualmente nos encontrando, eu vou trabalhar agora
1710 com, é um sonho antigo também, de trabalhar com consultoria, enfim, nós vamos estar nos
1711 encontrando nos diversos eventos, vários momentos e eu vou estar continuando a acompanhar o
1712 Conselho. Se eu não puder vir aqui eu vou estar com o computador ligado assistindo a reunião
1713 com certeza, eu vou estar acompanhando a agenda do Conselho e desejo aí todo o sucesso ao
1714 Silvano, nessa gestão, eu acho que hoje foi a estréia de fato com essa reunião excelente que nós
1715 tivemos hoje e nós vamos estar torcendo e apoiando o que foi possível. Muito obrigado a todos
1716 (Palmas). **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** –
1717 Então eu queria dizer que a próxima reunião está marcada para junho de 2010, dizer ao João
1718 Clímaco que eu não pude ir ao evento, porque de fato eu estava agendado, você viu, apesar da
1719 reunião ter acontecido simultaneamente à nossa Pré-Conáguas eu estava agendado para ir, mas
1720 não fui porque no dia que foi marcada a sexta-feira se marcou uma reunião para discutir o PAC 2,
1721 resíduos sólidos, que está no nosso departamento aqui essa coordenação com a Casa Civil. E aí
1722 eu tive que fazer uma escolha, infelizmente eu não pude ir, eu pedi para que lhe informasse, mas
1723 não vão faltar oportunidades. Nós estamos, o processo democrático não encerra numa disputa
1724 legítima e nós vamos estar juntos, pode fazer o convite que eu estarei presente. Eu queria
1725 agradecer de fato a presença dos Conselheiros, nós tivemos um quorum flutuando aqui nessa
1726 reunião, da ordem de 46 Conselheiros, o que foi de fato um bom quorum e eu acho que tivemos
1727 aí 6 Resoluções aprovadas nessa reunião de hoje e uma outra Moção, o que significa que estamos
1728 terminando a reunião de hoje dando um exemplo de eficácia e eficiência e eu queria agradecer a

1729 todos os Conselheiros e Conselheiras por isso. Muito obrigado e um bom retorno a todos para os
1730 seus lares. (Palmas).